

## A CRIAÇÃO ARTÍSTICA E O GOZO ESTÉTICO<sup>1</sup>

Fazendo um percurso pelo Freud interessado nas artes, na literatura, na criação artística, nele encontro pistas a serem seguidas para explorar um pouco mais a questão da sublimação e do Real, este enquanto fazendo enlace com o Imaginário e o Simbólico, apontando para os limites de nossa prática, ao mesmo tempo, nos permitindo abrir caminhos para a compreensão do funcionamento psíquico.

O que nos interessa mais de perto é rastrear um pouco o que, fazendo parte da estrutura do sujeito, ainda permanece obscuro, trazendo problemas a nossa prática.

Nessa direção, encontro em Freud, quando fala do interesse da Psicanálise para a Estética que, o exercício da arte é uma atividade encaminhada à mitigação de desejos inconscientes insatisfeitos. Mais ainda, que as forças propulsoras da arte são os mesmos conflitos que conduzem alguns às neuroses e que movem a sociedade à criação de suas instituições.

Nesse mesmo texto alude a que resulta fácil para a Psicanálise descobrir ao lado da parte manifesta do gozo estético, uma parte latente, muito mais ativa, procedente das fontes ocultas da liberação das pulsões.

Fico com estas referências com as quais pretendo trabalhar um pouco.

Tomarei ponto por ponto as observações de Freud nesse texto, tentando explorá-las dentro dos meus atuais limites.

O primeiro aspecto por ele enfocado é o de que, nas atividades artísticas, trata-se de uma busca de satisfação de desejos inconscientes não mitigados.

Como sabemos o desejo inconsciente, por definição, é irrealizável desde que o objeto capaz de satisfazê-lo não existe. E sendo assim, a sua função é a de mover o homem a realizações socialmente reconhecidas, levando-o a construir objetos substitutivos do objeto faltante. Nesse sentido é possível falar-se de uma mitigação de desejos insatisfeitos quando se trata da produção artística.

Mas não só. Encontramos em Lacan que se trata de elevar o objeto à dignidade da Coisa (*Das Ding*), esta se colocando no lugar do que nos falta. Assim, qualquer

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na III Jornada Freud-Lacaniana, Recife/PE, 28 e 29.11.1997.

objeto pode ser significado sem que se torne, necessariamente, uma verdadeira obra de arte, socialmente reconhecida como tal.

Mas se as forças propulsoras da arte são as mesmas que conduzem às neuroses, o que se passa para que os destinos dessas forças sejam tão diversos?

Podemos nos deter um pouco sobre essas forças propulsoras de que nos fala Freud. De imediato nos ocorre ser das pulsões de que se trata. As pulsões como forças que movem o psiquismo.

Para Lacan, pulsões se constituem em um dos conceitos fundamentais da Psicanálise, junto aos conceitos de inconsciente e aos de transferência e repetição, como o são para Freud.

É pelas pulsões que poderemos ter acesso ao Real. Mas de qual Real se trata quando o relacionamos com as pulsões?

Trata-se da Coisa (*Das Ding*), enquanto Real.

Para definir o campo de *Das Ding*, avançaremos no para além do princípio do prazer e na questão da pulsão de morte, desde que, quando se trata desse campo de estudo, sabemos que o psiquismo não se regula pelo princípio do prazer senão nas suas origens. E, para Freud, a pulsão de morte se afirma como estando nas origens de qualquer pulsão, ficando o princípio do prazer a serviço daquela, desde que, a disposição do sujeito humano ao nirvana o conduz diretamente à morte.

Por outro lado, ao relacionar o sexo com a morte, Freud nos diz que na própria função da reprodução algo se perde irremediavelmente, tal perda se constituindo em uma forma de morte.

Poderemos daí passar à questão do gozo enquanto diferindo do prazer.

Sabemos que o gozo se relaciona tanto com o prazer quanto com o desprazer, estando, um e outro, ligados à produção daquele. Pode-se, assim, gozar do sintoma, por exemplo. Nesse caso, o que é prazer em uma instância é desprazer em outra. Daí se pode gozar de muitos modos.

Voltando ao nosso tema, pergunta-se em que o gozo estético diferiria do gozo do sintoma?

Diz-nos Freud, na introdução à Psicanálise, que é possível aos artistas terem uma constituição que comporte uma grande aptidão à sublimação e, em contrapartida, serem pouco habilitados a efetuar recalques suscetíveis de decidir conflitos. Mas, seguramente, tal constatação não soluciona a questão, desde que deixa de lado o porquê das coisas se passarem desta maneira.

Chegando a este ponto, nos defrontamos com um obscuro produzido como enigma a ser decifrado.

Por onde prosseguir para abrir um caminho para se chegar a algum esclarecimento do fato?

Volto a Freud e à sua afirmação de que as forças propulsoras da arte são as mesmas que as dos conflitos neuróticos e as que dão lugar ao surgimento das instituições.

Esclareçamos um pouco mais este ponto.

Os conflitos neuróticos surgem de uma incompatibilidade entre o desejo e a lei da cultura. Enquanto conflito neurótico, do que só temos notícia através dos sintomas, das inibições e da angústia e da psicopatologia da vida cotidiana, pode-se concluir que um desejo fora recalcado por ser reconhecido como incompatível com as exigências culturais. Mas, mesmo recalcado, não deixa de se manter ativo, explicando-se desse modo a consequente formação de compromisso entre aquele e a defesa, origem do sintoma, solução paliativa e provisória que alivia, em termos, o sujeito, de uma angustia, até então não nomeada.

Continuando, caberia uma pergunta:

Por que uns conflitos têm um destino satisfatório e outros não?

É oportuno esclarecer que tal discussão se dá no campo das neuroses.

Em que e de que forma um dos destinos da pulsão – a sublimação – encontra obstáculos para permitir uma resolução satisfatória ao destino do sujeito?

Poderia arriscar dizer que a energia disponível, proveniente das pulsões, seria gasta na luta conflitual do sujeito com o seu desejo e a defesa contra ele, pouco restando de condições para se efetuar uma sublimação satisfatória?

Recuando no tempo de *Das Ding*, em termos de tempo lógico, vamos nos encontrar na pré-história do sujeito, onde ele não passa de uma virtualidade, permanecendo como joguete do desejo do Outro, enquanto representando o Desejo ancestral do qual é tributário.

As condições de desalienação desse desejo vão ser determinadas pelas circunstâncias de cada um, no que diz respeito à relação ancestral com a lei da cultura, determinante de um destino produzido enquanto oráculo a ser cumprido.

A Coisa, vazio em torno do qual pode-se construir algo que aponte para uma resolução satisfatória dos destinos do sujeito, é o lastro a partir do qual o gozo estético se esboça, mas, enquanto Coisa, é o nada que se presentifica no tempo inaugural da

constituição de um sujeito, a se definir a partir de sua relação com a perda da Coisa, presentificada na nostalgia, enquanto resto significativo dessa perda.

É o que nos mostra a arte musical e a criação artística na sua relação com o gozo estético.

## **A FORCLUSÃO:** **Como manejar a cura na Psicose?<sup>1</sup>**

Quase todos já ouvimos falar da forclusão como forma de defesa à castração, o que definiria o mecanismo psicótico.

Trata-se de uma exclusão radical, da cadeia associativa do sujeito, do significante Nome do Pai, representação simbólica da lei da interdição ao incesto.

Mas, resta-nos uma questão. A partir do que, o sujeito “optaria” por tal posição, quando estaria se definindo como um psicótico, arcando com as consequências disso?

Evidentemente, vocês percebem, não se trata de uma opção consciente mas de um posicionamento que se dá à revelia do sujeito.

Mas em troca do que, quando sabemos que não há negócio sem barganha, ou seja, eu te dou isso em troca daquilo, pois é dentro de um sistema de intercâmbios que funcionamos?

Para entendermos essa negociação, temos de nos acercar das origens do sujeito, no sentido em que falamos no seminário anterior, para procurar detectar os seus bons motivos para situar-se enquanto psicótico em relação à lei da interdição do incesto.

O que está em jogo, nessa circunstância, é o gozo. Um gozo mortífero por tender ao absoluto, à totalização, e que, embora não existindo, desde que corresponderia à morte, faz efeitos na economia do sujeito.

Tal gozo é o que sobra da operação do simbólico que redunda no recalque originário, restando, portanto, para além do fálico (o falo como balizador de qualquer forma de gozo). Resto de que não é fácil abrir mão desde que o sujeito tende sempre para o absoluto, embora seja, por excelência, um ser definido pela falta.

É em nome desse gozo que se abdica de ser sujeito para permanecer como falo-objeto do Outro primordial.

Enquanto puro gozo do Outro, com ele se confunde, sendo o desejo do seu desejo. O psicótico não deseja a não ser corresponder ao desejo do Outro, mantendo-se na alienação radical, sem conseguir estabelecer a separação, enquanto um dos momentos de sua constituição como sujeito.

---

<sup>1</sup> Seminário: FUNDAMENTO DA CLÍNICA PSICANALÍTICA DE FREUD A LACAN-03/05/1994.

Como vimos, de início o nosso sujeito se acha enredado numa situação fusional, com um Outro, ainda inexistente, desde que, nesse tempo (lógico) ainda não se pode falar de um fora ou de um dentro, assim como, de um estranho ou de um familiar, tudo sendo tão perfeito, tão redondo, quanto uma esfera polida e brilhante, o mais perfeito dos objetos, dizem os geômetras, enquanto os poetas chamam a esse tempo, o paraíso, depois, perdido.

Nesse momento ainda não há um julgamento de existência do mundo, tampouco da qualidade desse mundo, ou seja, um julgamento de atribuição.

Seria, a partir de uma afirmação primordial (*Behajung*), constatável pela negação, que surge, em seguida (*Verneinung*), que se dá uma expulsão (*Austossung*) dita primordial, em que o que é familiar é bom e está dentro do sujeito, o que lhe é estranho é mau e está fora dele.

Tudo isso surge como efeito da ordenação simbólica, palavra de ordem e da lei da cultura que, em Nome do Pai, organiza o reino caótico das pulsões, até então, imperando de forma absoluta. Passa-se, assim, para a ordem da linguagem e, daí para possibilidade de uma representabilidade das pulsões.

É importante registrar que o fora e o dentro, como se pode observar, não tem uma distinção de origem, o que é bem representado pela faixa de Moebius, onde, através de um traçado único, se faz um percurso de fora para dentro, por uma superfície contínua.

Do mesmo modo, ao contrário do que poderíamos pensar, a afirmação e a negação não se contradizem, em termos lógicos, desde que a negação redunda em uma afirmação.

Assim, a diferença primordial remete, sempre, a uma suprassunção dos termos, cuja consequência será a da existência de um Outro que remete, sempre, a uma suprassunção dos termos, cuja consequência será a da existência de um Outro que remete, sempre, a um Si-mesmo, e vice-versa.

Para Lacan, seria esse o tempo em que se daria, numa anterioridade não cronológica, uma impossibilidade de simbolização do significante da lei da castração simbólica, o Nome do Pai.

Tempo anterior à dialética neurótica, aquém do Édipo, onde algo de primordial na constituição do sujeito torna-se não simbolizável, por meio de uma rejeição radical.

O que Lacan estabelece, é a possibilidade de uma forclusão primitiva (*UR-verwerfung*), em que o rejeitado na cadeia significante tende a manifestar-se no REAL.

Opondo à afirmação primordial (*Behajung*) a forclusão primordial (*Verwerfung*), propõe um sujeito não submetido às leis da linguagem, no que diz respeito ao essencial de sua constituição.

Isso nos introduz à questão do desejo e do suposto objeto capaz de saciá-lo, embora, no percurso do sujeito, absolutamente nada o conduzirá nessa direção.

A alucinação psicótica tem a ver com a suposta satisfação do desejo, através de um objeto construído para isso, como no sonho.

O problema das psicoses giraria em torno dessa falha originária, na tessitura do sujeito, aparecendo como um erro na sua constituição.

O fato dessa impossibilidade de simbolização só afetar o sujeito, na medida em que esta incide sobre um significante especial, pois não só o psicótico é capaz de simbolizar outros significantes, como os neuróticos ou perversos podem vir a forcluir outros tantos, não essenciais, mantém o psicótico na ordem da linguagem e, portanto, submetido ao simbólico, embora haja falhas no nível da função simbólica, não exercida a contento.

Algumas questões podem ser suscitadas por essa oposição teórica de Lacan com relação ao momento lógico da instauração da forclusão.

Primeiramente, a constatação de que, ao modo do Recalque primordial, haveria uma Forclusão originária, constitutiva de qualquer sujeito, o que nos colocaria na posição de forcluir outros significantes não essenciais.

Seria a forclusão secundária a que se definiria como o mecanismo exclusivo das psicoses, assim como o recalque secundário o é para o neurótico?

Deixemos em aberto esta questão e trataremos de trazer para a clínica as suas consequências, tomando como exemplar, um episódio ocorrido com o Homem dos Lobos.

Trata-se de um momento rememorado por Serguei Pankejeff, quando de sua análise com Freud, em que, ao brincar no jardim, na presença de sua babá, alucina o corte de um dedo, entrando em pânico ao vê-lo pendurado e sangrando, não conseguindo falar disso à ama.

Essa irrupção no real é da ordem do impossível de ser dito, de ser significantizado, o que leva o Homem dos Lobos a ficar mudo, diante do fato. Episódio psicótico por excelência, recebe de Freud tratamento especial quando, a partir dele, observa a existência de um mecanismo de defesa muito mais radical que o recalque, no

qual o sujeito se defendia da castração simbólica, através de uma alucinação em que o abolido simbolicamente retorna no real do próprio corpo.

O curioso é a ocorrência de tal episódio em alguém que, jamais poderia ser considerado um psicótico, o que nos leva a levantar certas questões sobre a afirmativa de Lacan sobre a forclusão primordial.

De qualquer modo, é esse mecanismo que está nas origens do fato psicótico, concordando com Lacan quando diz que, o abolido (*Aufgehobene*) no interior, volta do exterior, o que reenvia a Freud.

Esse retorno no real do significante da metáfora paterna forcluído surge sob formas diversas que vão desde vivências de estranheza, de alucinações auditivas e visuais, até os delírios sistematizados das paranóias, ou as tentativas de organização de delírios, por mais pobres que sejam, nas esquizofrenias.

Partindo desse esboço teórico do que seriam as psicoses, temos, antes de nos dirigir à clínica propriamente dita, de estabelecer uma diferença entre a estrutura psicótica e a psicose enquanto tal. O que quer dizer que, é costume chamarmos de psicose a manifestação, em forma psicótica, de fenômenos desencadeados a partir de uma primeira crise, o que pode levar a equívocos pois, pode acontecer da haver uma estrutura psicótica, sem jamais ter havido nenhuma crise.

Recentemente, tenho encontrado em alguns analistas contemporâneos, a idéia de que não haveria, propriamente, uma estrutura psicótica ou neurótica, nem perversa, mas sujeitos neuróticos, psicóticos e perversos.

O que se quer dizer com isso?

Que a neurose, a psicose e a perversão enlaçariam a estrutura mínima do sujeito de modo particular, talvez no sentido em que falávamos de fobia, como enodando a estrutura, enquanto um quarto anel.

Essas idéias abrem novas perspectivas nesse campo, mas são, ainda, insipientes o bastante para nos assegurarmos suficientemente delas. Cabe à nossa clínica fornecer-nos dados comprobatórios ou não dessa assertiva.

Quais as conseqüências dessa posição teórica para a nossa prática; é o que nos resta interrogar.

De modo geral, ao abordar um psicótico na clínica, partimos de Freud, nos seus artigos sobre a Metapsicologia – mais precisamente no Cap. VII, da Ed. Standard Brasileira – para nos posicionarmos sobre a possibilidade de uma análise de psicótico, o que, para alguns se torna impossível, por considerar-se que, nesse caso, não haveria

possibilidade de estabelecimento de uma transferência, motor da análise, posição inicial de Freud quando a isso.

No texto citado, Freud passa a admitir que, através de uma análise de linguagem do psicótico – aquilo que o próprio sujeito se encarrega de fazer – seria possível ouvi-lo, abrindo, desse modo, as vias para esse tipo de escuta em se tratando das psicoses.

Freud parte das observações de modificação na fala de pacientes psicóticos, para dizer-nos que “os comentários do paciente sobre sua observação inteligível, têm o valor de uma análise, pois contém o equivalente à observação expressa numa forma, geralmente, compreensível”.

O exemplo citado por ele é o de uma paciente de Tausk que, levada à sua clínica após uma discussão com o amante, queixa-se que seus olhos não estavam direitos, estavam tortos”. Suas acusações contra o amante continham o sentido do que, de fato, sentia com relação a ele, revelando o quanto o achava hipócrita e “entortador de olhos”, pois agora tinha os olhos tortos, não eram mais seus próprios olhos, passando a ver o mundo de forma diferente.

Da mesma paciente é o relato de que, estando de pé em uma igreja, sentiu um solavanco e teve que mudar de posição, como se alguém a estivesse colocando numa outra posição, “em certa posição”. Acusa, assim, o amante de, sendo vulgar, tê-la tornado também vulgar, embora ela se dissesse requintada, pois ele a colocara numa posição falsa.

O que Freud pretender apontar com esse exemplo é que, na psicose, as palavras estão sujeitas ao mesmo processo através do qual se interpretam as imagens oníricas dos pensamentos oníricos latentes, ou seja, ao processo primário, tratando-se as coisas concretas como se fossem abstratas e vice-versa (sic in Freud).

Dessa forma, Freud nos deixa pistas importantes para a abordagem da psicose, do ponto de vista analítico, tratando-se de uma análise de linguagem, como aliás acontece no caso dos neuróticos ou perversos.

No entanto o procedimento do analista não é o mesmo que quando se trata da análise clássica, no sentido do uso do divã, da interpretação, das construções, etc.

Tem-se de levar em conta o fato de que uma crise pode acontecer a partir de uma injunção vinda do próprio analista, no sentido de um endereçamento de uma intervenção ao lugar onde falta o significante forcluído. Aconteceria, então, a resposta no real, correspondendo ao desencadeamento de uma crise delirante. Daí a importância da

identificação da estrutura com a qual lidamos em análise, desde que a resposta dada à intervenção, vai depender do tipo de estrutura em questão.

O tipo de laço que se instala entre analista e sujeito, nesse caso, escapa ao que entendemos por transferência, na clínica das neuroses. O que acontece, é uma forma de “amizade”, no que ela anula a diferença sexual, evitando confrontos com a castração simbólica, estabelecido a possibilidade de um compartilhar dos projetos do sujeito, no que eles fazem laços sociais, que lhe permitam um gozo fora do corpo, nesse caso, tratando-se do corpo do analista. Desse modo, pode-se pendurar tal gozo (do Outro) à estrutura, evitando a sua errância mortífera. Ao escutar o psicótico, trata-se de tentar “fazer letra no real”, como aponta nosso colega Isidoro Vegh.

O que quer dizer, possibilitar uma escrita onde não houve, no tempo de seu percurso onde faltou o Significante primeiro a balizar o seu roteiro.

Abandonado às solicitações do Outro, por ausência da mediação da metáfora paterna, é preciso seguir as pistas, ou seja, as letras insinuadas no real para, assim, poder ler a sua história.

Lembramos aqui o exemplo citado por Freud da paciente de Tausk, que fala da sua alienação radical ao desejo do Outro, quando se queixa de manipulações do seu desejo que aparecem no próprio corpo. “Olhos entortados”, mudança da posição do seu corpo, são metáforas alusivas a tais reclamos do Outro no qual se perde enquanto sujeito.

Cabe ao analista não se oferecer como aquele que não falha nunca, desde que o seu sujeito o olha quase como o Onipotente, Onipresente e o Onisciente, a quem se oferece para tapar o seu buraco.

Lembro de uma metáfora referida por Contardo Calligaris que diz ser o psicótico como um saco contendo o seu corpo despedaçado, do qual, qualquer um pode se servir como quiser, no sentido da disponibilidade do psicótico para ser usado de qualquer jeito.

Seguindo nessa direção, recairemos na questão da chamada demanda do Outro, ou seja, as exigências e os reclamos aos quais o psicótico se a-(s) –sujeita, perdendo-se no Outro, cedendo do seu ser de sujeito. Parte, assim, à procura de uma metáfora de defesa que o proteja da devoração e do aniquilamento total, tentando construir um saber sobre o desejo mortífero do Outro. Tal saber, procurado pelo neurótico a partir de um referente fálico, com o qual consegue dominar a Demanda voraz que o ameaça, no psicótico tem de partir de uma significação não-fálica, desde que não se trata de um

saber do Pai. Trata-se de um saber total, ao contrário do saber do neurótico, emanando da própria Demanda do Outro, absoluta e radical.

Esse saber, que não se articula em torno do significante fálico, faz do psicótico um errante, sem nenhum referencial que o oriente e o leve a um porto seguro contra a demanda mortífera. Isso é feito a partir de um pai real, o que torna a sua metáfora, delirante.

Esse dados teórico-clínicos são importantes, desde que é a partir daí que se torna possível para o analista construir a sua estratégia de trabalho.

Jamais, portanto, cabe ao analista um lugar de onde ele poderia introduzir a lei que falta ao psicótico, do mesmo modo, em vez de desmontar ou dissuadi-lo do seu delírio, deve ser complacente com a sua possibilidade de construção de um saber que se constituiria numa defesa contra o aniquilamento total face ao Outro.

Inúmeras questões continuam em aberto quanto ao manejo da cura na psicose; cabe-nos discutir sobre isso, quando nos reunimos.

## CONSTRUÇÕES EM ANÁLISE: SUA FUNÇÃO<sup>1</sup>

### I. Notas sobre o fantasma –

Antes de abordar o tema das construções em análise, como forma de intervenção do analista, é importante dizer alguma coisa sobre o que seria o fantasma na sua relação com o sintoma.

De início, o que se pode afirmar é que o sintoma é uma substituição significante, ou seja, a substituição de um significante, ou, mais ainda, por um significante que esconde outro significante.

No caso do pequeno Hans, por exemplo, a sua fobia de cavalo esconde um fantasma relacionado com as fantasias originárias, ou seja, com a cena primária, a sedução e a castração.

De que forma essas fantasias aparecem aos olhos de Hans, aos do seu pai-analista e aos de Freud?

Através do que Lacan chama “as tagarelices do pequeno Hans”. Trata-se de elucidar a relação existente entre essas tagarelices e sua fobia, quer dizer, o seu sintoma.

O blá-blá-blá de Hans é transformado por Freud numa historieta que diz o seguinte: “Vou lhe contar esta grande história que inventei, que sabia antes que você viesse ao mundo: é que, um dia, o pequeno Hans viria e amaria demais a sua mãe, e que por causa disto detestaria seu pai”.

Trata-se do mito edípico, mito propriamente do neurótico, que neste instante se desnuda diante de Hans. Mito das origens, revelador de uma verdade, causa do desejo do sujeito humano, sendo estruturante desse mesmo sujeito. De tal modo isso repercute em Hans que ele reage dizendo-se entusiasmado pela revelação e observando que só tendo falado com o bom Deus, o Prof. Freud, poderia ter encontrado algo igual.

Seguindo o andamento dessa análise tão singular, em que o pai se põe de intermediário entre Freud e o filho, temos a partir desse momento a produção de uma fobia, sintoma surgido na análise, o que nos dá o que pensar.

---

<sup>1</sup> Seminários: FUNDAMENTOS DA CLÍNICA PSICANALÍTICA DE FREUD A LACAN – 25/10/1993.

De qualquer modo sabemos que a produção de um sintoma bem estruturado é a saída que o sujeito encontra para dar conta da insuficiência de um pai que nunca consegue barrar totalmente o Desejo da Mãe, que é sempre o desejo do sujeito.

A fobia, então, circunscreve a angústia de Hans, delimita-a a uma situação bem restrita. Fora disso Hans fica tranqüilo, isto é, se não sair à rua, deixando de correr o risco de encontrar-se com um cavalo que morde, está tudo bem.

A “grande história” contada por Freud a Hans garante para ele a construção de uma suplência para o Nome do Pai, introduzindo algo que, depois de nomeado, lhe oferece condições de ser falado. O efeito de sentido dessa construção feita por Freud permite que a análise prossiga, ou seja, que a fobia se desenvolva, floresça o suficiente para que se torne possível a travessia do fantasma.

Como vimos, Freud faz uso de uma construção que incide sobre o fantasma. Ele nomeia o fantasma a partir das queixas, das reclamações, das angústias, dos pequenos acontecimentos de todo o dia, ocorridos nas relações inter-parentais, entre irmãos, entre filhos e pais.

O analisando constrói verdadeiras cenas que contêm, sempre, algo que ele desconhece e que não sabe explicar. São fatos postos em palavras, mas não falados, muito mais, falam o sujeito, ainda indeterminado pela alienação e pelo desconhecimento das causas que o determinam (enquanto sujeito).

Freud nos fala desse trabalho do analista como de algo semelhante ao trabalho do arqueólogo que tenta reconstruir, através de escavações, algo soterrado, o que é feito através da descoberta de fragmentos de material como sonhos, idéias significantes, atos falhos, deslizes da linguagem, etc.

Como o analista só dispõe desses fragmentos, trata de reuni-los sob a forma de uma reconstrução que faça sentido dentro da lógica do fantasma.

É importante saber que a atividade fantástica se desdobra durante todo tempo da análise, o que quer dizer que jamais deixará de existir. Só que, a partir da análise, o fantasma, estruturante da realidade psíquica, passará a ser mantido no seu devido lugar, se assim podemos dizer, enquanto o analista passa a saber o que fazer do seu sintoma.

## II. Como operam as construções e como deve o analista intervir nesse sentido?

Diz-se que a Psicanálise não é uma ciência, como não é uma religião nem uma prática esotérica.

Mas fala-se, certamente, que a prática do analista se assemelha a algo de artesanal, que depende de uma certa habilidade pessoal, de muita acuidade intelectual, o que, junto a sólidos conhecimentos teóricos e, sobretudo, a um saber do inconsciente que adquire através de sua análise pessoal, pode vir a autorizá-lo a autorizar-se analista.

Mas como se daria esse autorizar-se por si mesmo? Quem seria o juiz a avaliar suas condições de lançar-se numa prática tão delicada e que envolve tanta responsabilidade?

Ninguém mais que ele próprio, na sua relação com o Outro. O autorizar-se supõe um confronto do sujeito com esse Outro, enquanto lugar de um saber e de uma verdade só adquirida a partir de uma análise pessoal.

De alguma forma esse Outro representa todas as aquisições culturais e sociais sob a forma de valores apreendidos ética e esteticamente dos seus ancestrais e que são atualizados no momento do autorizar-se.

Disso depende que o analista se torne de fato analista ou que não passe de um simulacro disso. Qualquer um pode, do alto de seu completo desconhecimento de si mesmo, proclamar-se analista, simplesmente introduzindo o uso do divã sem avaliar as consequências desse ato. No caso, podendo ser considerado uma atuação que normalmente ocorre durante uma análise.

Por que falar sobre isso agora?

Para chamar a atenção para o problema de formação do analista, o que, sem dúvida, o prepara para saber o que fazer com a sua prática.

A prática do analista diz respeito a um trabalho artesanal, aprendido numa relação transferencial, em que os que aprenderam diretamente com Freud passam adiante um saber que, de geração em geração de analistas, se constitui no que Lacan chama de Psicanálise em extensão, o que não se confunde com uma propagação da Psicanálise, que poderia ser feita de modo diferente, sem que a transferência fosse levada em conta.

Quando os analistas se reúnem, está em jogo uma transferência de trabalho que não se confunde com a transferência da situação analítica, mas que diz respeito a certas afinidades que levam alguns a apreciar trabalhar junto a outros.

A formação do analista o habilita a poder fazer uso do instrumento de que dispõe com a segurança necessária para não causar prejuízos aos que o procuram para uma análise.

Saber o que fazer de sua análise pessoal, de seus conhecimentos teóricos e de sua experiência clínica é o que se espera de um analista. E é a partir dessa proficiência que ele se autoriza a fazer as intervenções necessárias para efetivar uma análise. Isso não quer dizer que o analista não falhe, mas ele deve saber como aproveitar seus próprios “erros” para convertê-los em material analisável, pois tais falhas não acontecem por acaso.

O que quero dizer é que, ao fazer uma construção durante a análise, o analista pode contar ou não com a aquiescência do analisado, o que não quer dizer que ela seja invalidada.

A dificuldade surgida no nível da fala do analisando, sobre o qual deve incidir a construção, acontece pelo fato de que pensamento e fantasia não são a mesma coisa. Enquanto o pensamento veicula significantes que podem ser ditos, a fantasia escapa à fala por não ser significantizável.

As fantasias não são consideradas inconscientes a não ser por estarem, desde sempre, constituindo o próprio inconsciente, mas como um REAL produzido pelo Recalque Originário, ficando para além da possibilidade de ser desrecalcado. O importante é que, apesar disso, fazem efeito no sujeito, produzindo um gozo – o do Outro – do qual o sujeito nada sabe.

Na construção o analista dá nome ao que, da estrutura, se torna impossível de ser dito, fazendo com que o ator se reconheça como autor da cena.

Como ter acesso ao que, na análise, escapa à fala?

As fantasias se revelam nas ações do analisante, mas a realização fantasmática se distingue do ato. Enquanto a realização fantasmática se refere a uma atividade egóica, o ato diz respeito ao sujeito. Temos assim, de um lado, o ator = eu e, do outro, o autor = sujeito. O que pode ser escrito sob a forma de um matema:

ator	Eu
autor	Sujeito

em que lemos uma divisão entre ator/autor e Eu/sujeito, correspondendo à divisão constitutiva do sujeito (*Spaltung*) entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação.

O ator vive um papel e, por isso, se põe do lado do imaginário, enquanto o autor erige a sua verdade, ficando do lado do simbólico.

Resta ainda uma questão: se as fantasias não são acessíveis à fala, como se pode dizer que é pelas tagarelices do analista que a elas se tem acesso?

Porque a fala do sujeito esconde um gozo detectável no próprio relato que nos faz, entra dia, sai dia, dos seus sofrimentos.

Lembro aqui o caso do “homem dos ratos” e o momento em que Freud detecta, na sua fala, o quanto de gozo havia no horror que lhe inspirara o suplício dos ratos introduzidos no ânus dos prisioneiros torturados, de que tivera notícia através de um capitão que conhecera durante unas manobras no exército. O capitão lhe inspirava terror pelo fato de que gostava de crueldades e de que defendia o uso de castigos corporais aos seus subordinados.

Freud descreve o relato do suplício como “um horror ao prazer todo seu, do qual ele mesmo não estava ciente”, e que se apresentava nas suas expressões faciais e nas suas ações durante o relato.

Para Freud não estava suficientemente claro o fato das construções incidirem sobre os fantasmas. O que ele observa clinicamente é a impossibilidade de fazer o sujeito recordar, o que, para ele (Freud), deveria ser liberado do recalque. Mas constava, como efeito das construções, a produção, no analisante, de uma convicção segura da verdade do que é dito pelo analista, o que leva a um resultado analítico correspondente ao de uma lembrança resgatada.

O que podemos concluir sobre isso?

Retomando o que já falei anteriormente, sobre a impossibilidade de um desrecalcamento dos fantasmas, as construções se fundam numa informação dada pelo analista ao analisante sobre as estruturas a partir das quais se constituiu como sujeito. Mas não seria isso contraditório com o fato de que a verdade do sujeito deve surgir exatamente da liberação à consciência de desejos recalados?

Acompanhando Freud no seu texto sobre as construções em análise, nos damos conta de que as pistas que nos levam a poder estabelecer uma construção são montagens de uma cena onde o fantasma vai se alojar, embora permaneça escondido aos olhos do espectador.

Lembro do sonho que me foi contado recentemente por uma criança de três anos e meio, após ver um filme infantil em que Alice, a do país das maravilhas, sonhava que caíra em um poço e daí as suas aventuras que já conhecemos. Ele me diz: “isso tudo é só um sonho. Eu também sonhei...com um fantasma...numa casa mal assombrada...eu lutava com ele...acho...que ele...também lutava comigo...eu...tremi muito...”. Encerra o

relato e, depois de algum tempo, pergunto: quem venceu: ele responde, evidentemente, mentindo: “fui eu”. E me olhou por baixo dos olhos.

Esses sonhos de fantasmas, segundo a mãe, têm sido muito freqüentes ultimamente e sempre terminam com o pedido de ir para a cama dos pais, lugar perfeito para a realização da fantasia do incesto, pois, de um lado, está a mãe desejada e, do outro, o pai a garantir-lhe essa impossibilidade.

Como vemos, o fantasma não se desvela a não ser se escondendo numa casa mal assombrada, seu habitat natural, cena apropriada para suas aparições. E é pelo fato de que jamais se revela que ele tem de ser dito. Trata-se aqui de algo imposto ao analista sob pena de se passar muitos anos em análise sem que nada aconteça.

Os efeitos das construções deixam de parecer contraditórios com os fundamentos do processo analítico, se atentarmos para o fato de que, sem a fala do analisante, não há como se proceder no sentido de evitar essa forma de intervenção. A construção é, portanto, um trabalho realizado a dois – melhor dizendo – a três: o analisante, o analista e a palavra, enquanto lugar do simbólico. É considerada uma forma de proceder que acompanha todo o tempo de duração de uma análise, o que põe por terra o mito do silêncio mortal do analista, lugar cômodo, a ser ocupado até por charlatões que, sob o pretexto de que deve permanecer mudo, deixam não só de ouvir, quanto de escutar, o inocente deitado no seu divã.

Temos que manter a ressalva de que, toda e qualquer intervenção do analista só procede se incidir no discurso do sujeito, lugar do qual não poderá, jamais, alhear-se, sob pena de sentar-se na mesma poltrona na qual costumam permanecer os que escondem uma competência, sob a forma de silêncio.

## DO FEMININO MAIS, AINDA: A ESCOLHA DE MEDEIA<sup>1</sup>

*“... mas as mulheres são assim: nada lhes falta se o leito conjugal é respeitado...”*  
( Eurípedes-Medeia )

O continente negro, misterioso, guarda os seus enigmas, propondo-nos, enquanto pretensos decifradores, questões de amplitude tal que nos fazem enveredar pelos caminhos do mito, à procura de algumas respostas às indagações instigadas pela nossa prática psicanalítica.

Como fazer uso do mito e relacioná-lo com as estruturas fundantes do sujeito é sempre uma questão atual para o analista.

Qual o seu recado e as suas implicações na constituição do sujeito, e de que lugar somos por ele falados? Afinal, que tem o mito a ver conosco, a partir da nossa divisão estrutural?

Freud cria o Édipo ao identificar-se com sua problemática crucial, ao se reconhecer nesse mito estruturante e estrutural, livrando-se, assim, de uma confrontação radical com a falta de objeto. Colocando-se na expectativa fundante de uma estrutura – a neurótica – propõe uma esperança em direção à conquista do objeto desejado, diante da qual se sente impotente, esquecendo-se de que se trata mesmo de uma impossibilidade radical.

Diz-nos Freud que os mitos, antes de serem lidos nos céus, foram ali projetados depois de haverem nascido em outro lugar, sob condições puramente humanas, autorizando-nos a neles buscar o que do humano é mais característico, embora abrigando-se em um real a ser decifrado.

Anterior ao mito edípico, temos, em um tempo originário, aquele em que o desejo de ser UM configura-se no ser andrógino, todo poderoso, ameaça a ZEUS, levando a separá-lo em dois, para enfraquecê-lo, livrando-o de sua onipotência. Porém, tornando-se dois – tempo da diferença – o ser originário perde o seu poder, mas o desejo de ser UM permanece para sempre, marcando a sua posição em relação à falta

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na Reunião Lacanoamericana de Psicanálise de Buenos Aires – Agosto / 1995.

originária, determinando-o enquanto sujeito, dando lugar às vicissitudes a que estamos submetidos neste percurso.

Qual a posição da mulher, no que diz respeito ao seu encontro com a falta?

Deixando de se inscrever como TODA na ordem fálica, resta-nos indagar quais os determinantes desta postura que se nos revela em situações extremas, como a de Medeia, na sua busca desesperada da mulher que faz UM. A mulher cujo nome é DEUS.

Medeia tem suas origens em um complicado entrelaçamento de lendas em que a Grécia era pródiga.

Tomo a versão de Eurípedes, trágico grego, de quem se diz ter odiado as mulheres, mas que, muito ao contrário, se conta entre os que abrem caminho para a sua libertação, colocando as suas heroínas em confronto com seus oponentes. Valendo-se dos privilégios que sua posição masculina lhe confere, põe na boca de seus personagens femininos os protestos devidos à sua condição de mulher, desde sempre submetida à tutela masculina, não por acaso.

A ação da peça tem início no repúdio a Medeia por Jasão, ao interessar-se este por uma outra que passa a ocupar o lugar de mulher, no leito conjugal. O que daí se segue é a presença de uma esposa abatida, a definhando no leito, até o momento em que, movida por um terrível desejo de vingança e de morte, se propõe aniquilar totalmente o marido traidor, expondo-o ao horror de ver seus próprios filhos mortos pela mãe.

Possuída por impulsos primitivos, o que não é estranho em uma criatura de origens bárbaras, põe em jogo a alternativa: ser mãe ou ser mulher. Supondo uma tomada de posição definitiva, Medeia não hesita em situar-se do lado d'A Mulher, sacrificando, para isso, seus amados filhos.

A ênfase dada, na peça, ao leito conjugal, fez-me procurar o sentido da valorização desse lugar, quando se trata de encontrar o que de mais radical move a mulher, quando se sente dele preterida.

Cito Lacan: "... O direito não desconhece a cama – tomem, por exemplo, esse bom direito consuetudinário, no qual se funda o caso do concubinato, o que quer dizer deitar junto". Segue dizendo que o que aí se faz é estreitar-se... referindo a tensão do EROS na direção do UM.

Pergunto: que lugar é esse ocupado pela mulher, no leito conjugal, que ao ser dele expropriada, se deixa possuir pela loucura?

Voltando às lendas de Medeia, encontramos que se trata de uma feiticeira, dotada de uma violência inquietante, de paixões que queimam, de mudanças súbitas de humor, de uma constante melancolia e de uma duplicitade criminosa voltada para os que mais ama. Das suas características, a mais forte é a de dedicar-se a perigosas operações culinárias. Seu instrumento de trabalho não é o espeto – tipicamente masculino – porém o caldeirão, a panela, onde cozinha pedaços de carne que se separam da vítima do sacrifício, o que, na Grécia, não era ofício de mulher. Arroga-se, portanto, um privilégio masculino. É cozinheira perigosa e incapaz de gerar.

Em Corinto, a filha de Hécate se apresenta como a Errante, a que se deixa levar pelos ares, como se o fato de ter vindo à luz em um mundo bárbaro lhe interditasse qualquer afinidade com a terra cultivada e o espaço consagrado à família. Seus filhos são feridos de maldição. Ou a sua própria mãe os esconde no santuário de Hera ou nascem mortos; ou, ainda, cada vez que dá à luz um filho, enterra-os apressadamente.

O fato desse personagem ser identificado ao bárbaro, submetidos a impulsos primitivos, nos permite remeter à questão ao que é da ordem do primário no sujeito.

Qual o gozo reativaria, em Medeia, impulsos tão radicais, lançando-a numa passagem ao ato de tal porte, chegando a retirar a vidas dos filhos?

Cito Eurípedes que, da posição feminina, dá voz a Medeia: “ ...de qualquer modo, eles devem morrer, e, se é inevitável, eu mesma que os dei à luz, os matarei.”.

Proprietária desses pequenos seres dela nascidos faz o uso que lhe convém dos seus destinos. Senhora da vida e da morte, cabe-lhe mantê-los vivos ou matá-los, se lhe aprouver.

Que representação teria para ela os filhos, se são descartáveis quando lhe é conveniente?

O mito antigo é atualizado em caso recente: uma jovem mãe americana não hesita em matar os filhos com as próprias mãos para sentir-se liberada enquanto mulher.

Ser mãe ou ser mulher, talvez seja a questão.

Freud não consegue ver o feminino, senão pelo viés da mãe.

O que podemos dizer do seu lado mulher, se aí nos deparamos com o que escapa ao simbólico?

Tento reformular uma questão que nos envia à pré-história do sujeito e a sua relação com a Coisa (*Das Ding*). Essa coisa sem forma que nos invade em determinados momentos, preenchendo todos os buracos, obturando tudo, levando-nos pelos ares, em orgia de gozo inominável que, segundo os relatos dos drogados, os que melhor vivem

tal experiência, os arrebata em viagens indescritíveis, através de uma euforia sem nome, de pouca duração, fazendo-os retornar, cada vez mais rapidamente, à repetição dessa experiência enlouquecedora de uma ilusão do absoluto e da completude mortífera, onde o fora e o dentro se confundem e em que a operação de separação é anulada pela fusão total, que abole a diferença.

A experiência de um gozo específico, anteriormente lógico à linguagem, deixa traços produzidos por sensações primárias, indiscriminadas, inscrevendo, no corpo, as trilhas, as partir das quais, em um segundo tempo, os significantes farão marcas, colocando o sujeito sob o domínio à ordem simbólica.

Mas, qual seria o destino do que escapa à possibilidade de uma significantização, quando, na constituição da feminilidade, está em jogo o que permanece para além do fálico?

Estaria o mito da mulher para sempre fora das possibilidades de uma apreensão significante? Que caminhos seguir para nos aproximarmos mais da questão do feminino, se sabemos dos efeitos em nossa prática analítica do que ignoramos sobre isso?

Se estamos no campo do *Das Ding* e de um gozo que podemos chamar de gozo da Coisa, na falta de um significante que possa dar conta do feminino, é no real que Medeia tenta ser a MULHER TODA, não barrada, regulada pelo Gozo primário, coadjuvante de sua natureza bárbara, terreno das paixões desenfreadas e mortíferas, onde, de modo onipotente, faz e desfaz, com suas mágicas, o seu destino e o dos que a cercam.

Enquanto não toda submetida à ordenação simbólica, a mulher se mostra apta a se nutrir de um gozo, sem referente fálico, em casos extremos, reativado. À parte o gozo suplementar. Na situação de Medeia, é quando deixa de ser reconhecida por Jasão, como mulher, no leito conjugal, passando a ser nada para ele, que efetua o impossível de uma posição que a impele na direção da MULHER TODA, retirando-se do lugar de mãe a quem os filhos já não conseguem conferir a plenitude imaginária que, do lugar do Falo, poderiam sustentar.

Poderia dizer que o lugar da mulher, diante de um homem, seria da ordem a lhe conferir uma existência, uma possibilidade de representação enquanto mulher, só existindo no momento em que é desejada pelo homem, na cama; momento de estreitamento em que a fantasia do UNO se concretiza e a ilusão de completude tem vez. Momento de plenitude e de onipotência onde a Coisa (*Das Ding*) se consubstancia

em um tempo de gozo absoluto, impossível de ser, de fato, atingido, pela insatisfação gerada no coito.

Essa fantasia mortífera leva a mulher a se livrar daqueles que, de alguma forma, a conduzem a um desmantelamento de ilusão que a mantém viva: a de ser DEUS.

Resta fazer a diferença entre a posição histérica e a de Medeia, em relação ao gozo da questão. Se a histérica permanece presa a uma idealização imaginária do Pai, com quem pretende se identificar para ter o que é o objeto do seu Desejo, o que supõe um balizamento fálico, Medeia estaria muito aquém dessa posição, desde que transita em um tempo pré-histórico onde a ausência de ordem impõe, numa continuidade em que não há lugar para o Outro, pois ainda não se está no tempo da expulsão primordial (*Austossung* ). Não há o que desejar, pois nada falta.

Em Medeia, o momento da paixão, se assim se pode chamar a sua passagem ao ato, me parece induzido por algo da ordem de uma relação com o gozo primário, impossível de ser contido por alguma lei o que a coloca em um lugar especial. Essa relação com o gozo da Coisa poderia, por sua vez, induzir a estruturação de um sujeito que seria, para sempre, dependente de sua própria estrutura – do mesmo modo que o psicótico, o perverso, o neurótico ou o melancólico – no sentido de que os fenômenos com que nos confrontamos na clínica nos revelam?

O que determinaria que assim fosse?

Supondo o desejo do homem dirigindo-se à mulher, na medida em que ela entra no jogo para, do lugar do objeto capaz de obturar a falta, negá-la, poderíamos pensar que tudo se dá às expensas de um gozo muito especial, ativado por poder ser a mulher do homem. É na cama, no ato de estreitar-se, que a ilusão do UNO é recriada por uma tensão de Eros.

A saída desse lugar, em alguns casos, leva a mulher ao desespero de se confrontar com a falta no Outro, reflexo de sua própria falta, o que lhe é insuportável.

Não por acaso que algumas mulheres bastante primitivas e bárbaras se deixam tomar por uma paixão louca, nesses momentos, chegando a passar ao ato se tal lugar é ameaçado.

“O que ela tem que eu não tenho?”

É a pergunta decisiva para situá-las nesse lugar.

Por que ela pode e eu não?

Sem saber o que estão dizendo, dizem quase tudo, confirmando a sua postura de onipotência. Da feiticeira que, por seus poderes mágicos, coloca o homem no lugar de

invencível, capaz de todas as façanhas, como Jasão, esquecidos de que seus feitos foram cozinhados no caldeirão de Medeia.

Sem ela, Jasão se torna um falso herói, perverso, incapaz de remorso por suas ações, colocando-se, também, fora da lei, enquanto consequência lógica do ato assassino.

A posição de Medeia nos revelaria um dos destinos do gozo primário, quando a serviço de uma paixão bárbara, origem dessa tragédia?

E a Eurípedes cabe a palavra final:

“Dos píncaros do Olimpo, Zeus dirige o curso dos eventos incontáveis e muitas vezes os deuses nos deixam atônicos na realização de seus desígnios. Não se concretiza a expectativa e vemos afinal o inesperado. Assim termina o drama.”

## FIM DE ANÁLISE<sup>1</sup>

Começo pelo artigo de Freud - ANÁLISE TERMINÁVEL E INTERMINÁVEL - escrito em 1937, para tentar situar a questão pertinente ao término, ou melhor, à conclusão da análise.

Freud alude às tentativas de Otto Rank de adaptar o tempo de duração da análise à pressa da vida americana, a respeito do que vai tecer comentários ao longo do texto.

Em seguida propõe o problema técnico de como acelerar o lento progresso da análise, a partir de suas experiências clínicas, concluindo por uma impossibilidade de fazê-lo em proveito do bom andamento da cura.

O desdobramento dessa questão inicial tem a ver com uma interrogação: O que se pode chamar um fim de análise?

Questão das mais atuais em Psicanálise e sobre a qual ainda não se chegou a nenhuma conclusão, mas que impele os analistas contemporâneos a tentarem acercar-se do problema a ser considerado decisivo para tornar consistente a teoria da clínica.

Para Freud, haveria duas respostas à questão proposta.

A primeira, muito simples – eu diria simplista – seria que a análise termina quando analista e analisante deixam de encontrar-se para as sessões.

A segunda, considerada por Freud mais ambiciosa, diz respeito à obtenção, no curso da cura, da remoção dos recalques, o que possibilitaria uma rememoração dos esquecidos e a consequente volta do sujeito à normalidade.

Como podemos ver, essa concepção do término de uma análise, centrada na dissolução dos sintomas, nos confronta, necessariamente, com o que seria o seu fim, ou seja, o seu objetivo, a sua finalidade.

Sabemos, hoje, como essa posição teórica é controversa, e a preocupação atual dos analistas é, revisando a teoria freudiana e, sobretudo, a lacaniana, sobre o que seria um final de análise, poder chegar a uma consistência sobre o assunto e, antes, se seria possível chegar até lá.

Não podemos nos furtar a acompanhar os analistas contemporâneos nessa busca de um saber sobre a análise finita e infinita, trazendo nossas contribuições clínicas para ajudar nesse empreendimento.

---

<sup>1</sup> Seminários: FUNDAMENTOS DA CLÍNICA PSICANALÍTICA DE FREUD A LACAN - 13/12/93

Pretender falar do fim da análise é, necessariamente, ter de falar do seu início.

O sujeito começa sua análise por uma demanda a ser entendida pelo analista antes mesmo de se poder iniciar a cura. Tome-se cura, aqui, não no sentido médico do termo, mas como o desenrolar da análise durante o seu tempo de duração.

A análise ocorre através de demandas que, longe de serem erradicadas durante o seu curso, persistem até que desapareça o grande Outro a quem são dirigidas. Nesse sentido, pode-se falar de um desvanecimento gradual da demanda até que se possa chegar ao chamado fim de análise.

Deixa-se de pedir algo, quando se reconhece que se está pedindo a ninguém.

Quando não há mais a quem pedir.

Momento de solidão radical onde a despossessão do analista corresponde à destituição do sujeito analisante.

Mas, o que se pede quando se demanda uma análise?

A demanda se relaciona, sempre, com a falta a ser do sujeito. Demanda-se a cada vez, um pouco mais de ser, o que viria, imaginariamente, a completá-lo, finalmente.

Nesse sentido a análise daria condições a uma ascensão ao ser (Lacan), ou melhor, a uma realização subjetiva (V. *"Remarque sur le rapport de Daniel Lagache"* in *ÉCRITS* - Ed. Seuil, Paris).

A realização subjetiva é confundida pelo sujeito com a realização fantasmática que tem a ver com o desejo de sentir-se realizado e com a realização dos sonhos.

Durante uma análise é freqüente a busca de realizações fantasmáticas, o que deve por o analista de sobreaviso para não confundi-la com a realização subjetiva e com a passagem ao ato.

Nesse momento, torna-se importante distinguir o querer do desejar, para se poder estabelecer as diferenças entre os três tipos de fenômenos.

Para melhor nos situarmos nesse aspecto, voltemos ao campo do desejo, a fim de relembrar o que o estrutura enquanto tal. Estou falando da falta a ser, a conduzir o sujeito a buscar no Outro o que lhe falta.

Mas como cobrar do Outro o complemento para sua falta se a ele também falta o algo procurado?

Questão dramática a dirigir o sujeito em todos os momentos de sua existência, revelando-se na articulação da cadeia significante a partir do que ao falar, diz-se menos do que se quer, enquanto, paradoxalmente, deixa-se escapar o que se deseja.

Na análise o desejo se reduz à demanda a ser escutada enquanto tal, carecendo, sempre, de resposta, sem o que não haveria análise.

A demanda é sempre demanda de amor, porém também paixão de ser, no sentido da procura permanente de uma realização subjetiva. Criando o que identifica o sujeito ao seu desejo, não pode ser reduzida à necessidade.

Ser ou não ser, eis a questão em torno da qual o sujeito se constitui.

Porém se o desejo é veiculado através da demanda, ele se produz para além dela. Qualquer resposta àquela, reduz a transferência à sugestão, embora a transferência também seja sugestão, mas que tem vez a partir de uma demanda de amor e não de um pedido de satisfação da necessidade.

Ao opor-se à sugestão, o sujeito não deseja outra coisa que manter o seu desejo, pois é isto que mantém a direção da cura fora dos efeitos da demanda.

Responder às necessidades do sujeito seria obra dos bons samaritanos, das irmãs de caridade, dos filantropos e até, poderíamos dizer, de certos psicólogos que distribuem afetos em profusão, porque não são de ferro.

Quando falamos da demanda, estamos no campo do querer, da vontade. Pede-se algo que se tem vontade de ter, que se quer, embora aí se esconda um desejo sempre em discordância com a demanda.

Lembro Lacan, ao referir-se a Freud, dizendo: "Homem de desejo de um desejo que seguiu contra a sua vontade...". Aqui flagramos a contradição entre querer e desejar, o que sempre surpreende o sujeito em análise, ao deparar-se com a sua divisão constitutiva (*Spaltung*).

Na análise trata-se de não por nenhum empecilho à confissão do desejo, que é para onde o sujeito deve se sentir livre de dirigir-se.

Continuo quanto ao que seria a finalidade da análise, o que nos conduzirá a conclusões sobre o seu término, onde vamos encontrar a cura enquanto busca de três formas de realização.

A primeira, a tomamos de Freud, e tem a ver com o levantamento do recalque, situando-se do lado do significante, representando o sintoma. Quanto ao fantasma, impossível de ser desrecalcado, Freud propõe as construções em análise para solucionar o impasse.

Lacan segue um outro caminho, propondo o ato analítico como solução para o fantasma. Nesse sentido, o fim de análise coincidiria com o separar o sintoma do fantasma. "Fazer viver o fantasma" é a proposta de Lacan. Trata-se de transformar o

fantasma no "vivido da pulsão". O fantasma deixaria de ser a sustentação do sujeito para transformar-se nas pequenas ilusões do dia a dia. O sujeito deixaria de buscar o seu ser no fantasma, para encontrá-lo na divisão subjetiva, o que, de certo modo, leva-o a identificar-se, na travessia do fantasma, a uma das faces do sintoma, onde, seguramente, não deverá permanecer.

A realização fantasmática seria a outra forma de realização propiciada pela análise e, como já vimos, ao se buscar por esse caminho uma saída para a realização do desejo, cria-se um impasse, estabelecido por uma falência nas suas origens desse propósito, desde que, por definição, o desejo é irrealizável. A realização é pouco oportuna desde que precipita o sujeito em ações indesejáveis do ponto de vista ético e estético (lado do fantasma).

A terceira forma de realização posta pela análise se dá do lado do sujeito. Cria-se, nesse momento, uma contradição que se constitui no grande paradoxo da Psicanálise. Para realizar-se como sujeito, para ascender ao ser, deve-se por uma questão de ética, destituir-se do seu próprio ser; ao ver-se reduzido a nada, o sujeito poderá vir a ser o que não era antes da análise. Tal destituição configura-se em um traumatismo suposto a partir de um confronto com a castração simbólica.

Nessa direção faz cair todos os significantes mestres (S1) suportes do grande Outro, até que se dê a sua completa despossessão. É da constatação da falta no grande Outro que sobreviverá a confrontação do sujeito com a sua própria falta.

É na travessia do fantasma que se realizará a destituição do sujeito e a consequente assunção da castração simbólica.

Todo o percurso da análise é uma preparação para o que se considera o traumatismo do final de uma análise, ou seja, o confronto com a castração simbólica.

Nesse momento o sujeito se sustenta da sua própria falta a ser.

Trata-se de um golpe sem remédio desfechado sobre os ideais construídos pelas identificações imaginárias. Temos, então, a destituição do sujeito passando por uma desmistificação do EU, no que ele detém de inflação imaginária.

Para Lacan, no início da análise o sujeito não quer o que deseja.

O fim de análise corresponderia a passar a querer o que se deseja. O que quer dizer, o sujeito pode vir a suportar o gozo enganchado no seu desejo. Nesse sentido, se estabelece uma nova aliança entre o sujeito e a pulsão no que ela porta um desejo de puro gozo. Mas o desejo não se confunde com o gozo, tampouco com a pulsão, desde

que esta se satisfaz por um gozo, enquanto o desejo se satisfaz no sonho, ou melhor dizendo, o desejo é a sua própria insatisfação (Lacan).

O fim de análise corresponde ainda a uma passagem da impotência para o gozo do Outro, a uma impossibilidade de gozar desse gozo.

Explico: o mito edípico, enquanto uma construção do neurótico, corresponde ao segundo tempo da ordenação simbólica portadora da lei da interdição ao incesto.

É em torno do mito do neurótico, por excelência, que Freud constrói a teoria da castração simbólica.

Temos, assim, em um primeiro tempo, a impossibilidade: "Não poderás ter o que não existe". Como vemos, não se trata propriamente de uma proibição, mas de apontar uma impossibilidade. Tempo do recalque primordial, abertura para o gozo fálico.

Num segundo tempo nos deparamos com o mito edípico, como forma de contornar a dificuldade do sujeito de abrir mão do que deseja.

O neurótico cria a sua própria ordenação: "Se me livro do que me impede de ter o que desejo, chegarei lá". Tempo do recalque secundário, aprisionamento no gozo do Outro. Instauração da impotência.

O que, nessas circunstâncias, corresponderia a um fim de análise?

O confronto do sujeito com a impossibilidade, recalcada nas suas origens, de ter o que simplesmente não existe. Tempo da desilusão radical e de resgate da possibilidade do gozo fálico. Cumprimento da castração simbólica.

É importante assinalar que é pouco freqüente encontrar o que se configuraria como sendo uma análise terminada.

Em um certo sentido, ela poderá ser considerada interminável dado o inesgotamento do inconsciente e a permanência do desejo. Por outro lado, deve-se conduzir a cura de tal modo que o sujeito consiga chegar até as suas últimas consequências. É o que manda a ética do analista fundada no seu desejo.

Acrescento algumas observações tiradas da minha clínica, sobre os achados nos percursos das análises por mim empreendidas.

Ao se demandar uma análise, jamais se poderia supor quais os caminhos trilhados para se chegar a um final insuspeitado.

O que podemos dizer é que o percurso é vivido como doloroso e o final como traumático.

Não é por acaso que o analista se depara com insistentes resistências que, segundo Freud e nossa própria experiência dizem, devem ser vencidas pacientemente, ao longo dos anos de análise.

Se ao analista falta análise, ou seja, se ele não conseguiu se desfazer de suas montagens imaginárias, confrontando-se com a sua verdade, não há muito que esperar das análises por ele empreendidas.

Não é fácil efetivar tal forma de confrontação, entretanto, indispensável para que ele possa suportar a despossessão que lhe é imposta ao final das análises.

O chamado excesso de narcisismo, pelo qual somos tomados enquanto analistas, não passa de dificuldades não transportas na nossa própria análise, e que dizem respeito à destituição subjetiva não completada.

As interrupções precoces de análises devem-se, em boa parte, a um pacto mudo estabelecido entre analista e analisante, no sentido de se escamotear a castração e manter os excessos narcísicos.

Por outro lado, para o analisante não é fácil chegar a constatar a falta no seu analista, enquanto no lugar do grande Outro, pois isso o levará, inevitavelmente, a se dar conta da sua própria falta. As transferências não dissolvidas com relação ao analista, não passam de um desejo de se continuar negando a falta. Se o analista se oferece como lugar de um culto eterno à perfeição, à reverência, às exaltações egóicas, se não se expõe ao apagamento necessário para que se dê a sua despossessão, não há como se proceder um final de análise, cujo fim, sempre antecipado, serve como forma do analista evitar a sua própria castração simbólica.

Algumas considerações ainda cabem com relação à passagem de analisante a analista, através da análise.

Lacan admite que a travessia do fantasma se identifica com a passagem de analisante a analista e, partindo de que não há como o sujeito enunciar seu próprio fantasma que o faz sujeito do significante, fazendo-o esbarrar em algo que não pode ser dito, se verifica um salto que o faz passar a objeto (a), posição do analista.

Enquanto objeto "a", ele passa da falta a ser a um pouco de ser e desse lugar torna-se responsável pela posição subjetiva de seu analisante, não sendo, entretanto, responsável por sua análise.

Isso só se tornará possível na medida do que ele experimentou na sua própria análise.

Concluindo, o fim de análise, no que ela tem de terminável, diz respeito a se poder conviver com o fato das contingências que levam as análises a não poderem ser perfeitamente acabadas dada a permanência do desejo e a pendência de sua relação com a castração. Nessa direção a análise pode ser considerada interminável, quando se trata do analista, e é sua possibilidade de confrontar-se permanentemente com essa realidade, que o habilita a poder permanecer analista.

Esse seria o verdadeiro confronto do analista com a castração simbólica: poder admitir os limites da Psicanálise enquanto ciência e enquanto prática, sem, contudo, deixar de contribuir para o seu desenvolvimento.

## **FREUD E DORA NA TRANSFERÊNCIA: O que é um ACTING – OUT?<sup>1</sup>**

Voltemos a Freud para reencontrar a transferência e suas implicações na análise; pretendo ampliar um pouco mais a nossa experiência analítica no que diz respeito ao considerado motor da análise.

Qual o analista não se deparou com interrupções, aparentemente inexplicáveis de análises, as quais, mesmo sabendo-se nelas implicado e, justamente por isso, só consegue compreender depois (*après-coup*)?

Os conhecimentos adquiridos nessas experiências são úteis para evitar as reiterações dos mesmos erros os quais, longe de serem, apenas, “erros técnicos”, envolvem a própria análise do analista.

A fim de nos aproximarmos de um dos fenômenos decorrentes dessas falhas, é possível que, o mais comum, o ACTING-OUT – enquanto levando a uma ruptura do tratamento – vamos nos concentrar no caso Dora e no contexto transferencial que permitiu tal atuação de uma das mais famosas analisantes de Freud.

Em princípio temos de diferenciar o ACTING - OUT da passagem ao ato, e antes, distinguir o ato sintomático do ato analítico.

O ato analítico corresponde ao que se passa numa análise quando o sujeito, por uma determinada intervenção do analista, muda de situação com relação à sua verdade. Quer dizer, quando pode vir a tomar outra posição com relação a um atributo que é seu. Enquanto o ato sintomático remete ao que é da ordem das produções em ato associadas ao sintoma do sujeito, como os atos falhos, deslizes de linguagem, os lapsos.

Na passagem ao ato trata-se de uma precipitação que acontece no real, como no suicídio. Tal precipitação decorre de uma alienação radical do sujeito com relação ao objeto. A excessiva alienação do sujeito leva-o a tal grau de angústia que só lhe resta uma saída: a morte.

---

<sup>1</sup> Seminários: FUNDAMENTOS DA CLÍNICA PSICANALÍTICA DE FREUD A LACAN – 08/02/1994

Lembro de alguém que me “explicou” as suas tentativas de suicídio dizendo não ter outra saída para encontrar a paz, enquanto uma outra pessoa me dizia que essa seria a única coisa que poderia decidir sobre si mesma.

O sujeito se aparece totalmente perdido no Outro que o subjuga ao seu desejo, aniquilando-o.

O ACTING OUT é da ordem do que Freud chama do “*agieren*” – do atuar – tendo como pano de fundo a transferência e seu correlato, a resistência. Diz Freud que, quanto maior a resistência, mais ampliado fica o campo da atuação, substituindo, sempre, o recordar.

Em que condições abre-se a possibilidade de um ACTING OUT?

Se a cura se inicia por uma forma de transferência positiva discreta, podemos contar com a possibilidade de uma rememoração satisfatória desde que as resistências ainda se encontram pouco ativadas. Com o andamento da análise, tende a se instalar uma hostilidade com relação ao analista sob as formas mais disfarçadas e sutis ou mesmo de modo declarado. Isso significa que os recalcamentos passam a ser ativados em função das resistências a um saber dos próprios desejos, inaceitáveis.

O sujeito começa a fazer uso dos recalcados inconscientes para se defender disso. Com o progresso da análise as resistências vão cedendo e o analisante vai poder, passo a passo, integrar os seus desejos não aceitos, passando a saber o que fazer deles.

A instalação da chamada neurose de transferência se dá quando o analisante passa a repetir no atual o que, sob a forma de sintomas, representa todo o arsenal de suas relações com as estruturas fundantes do inconsciente: os fantasmas primordiais, ou seja, a cena primária, a sedução e a castração, assim como a fantasia do “bate-se numa criança”.

A repetição associada ao ACTING OUT tem a ver com a evocação, em ato, de fragmentos da vida fantasmática do sujeito, ou seja, de fantasias inconscientes das quais só conhecemos os efeitos.

Tais atuações, nunca inócuas, devem ser sustadas a fim de evitar-se malefícios ao sujeito em análise. Lamentavelmente, não contamos com a cooperação do sujeito que “prefere” continuar usando as suas resistências a saber dos seus desejos, a arriscar-se a uma mudança de posição com relação aos mesmos. Torna-se tarefa do analista usar os meios ao seu alcance para trazer o analisante de volta ao que, conscientemente, é uma coisa querida para ele: reproduzir no campo psíquico, através da rememoração, o que ameaçava acontecer em ato.

Ao propor ao sujeito em análise certas restrições da ação, o analista pode por em jogo a limitação da liberdade pessoal dele, o que é preferível a arriscá-lo a certas ações danosas.

O ACTING OUT quer dizer um agir fora da possibilidade de verbalização (ou seja, de rememoração). O imaginário se precipita sobre o real, o que corresponde a uma realização fantasmática do desejo.

Temos de acrescentar que, todos esses movimentos do sujeito têm a ver com uma procura do que fazer de um gozo (gozo do Outro) gerador de angústia. Evidentemente, não de uma forma satisfatória. A produção de novos sintomas durante a análise faz parte das estratégias do analisante para enodar o gozo. Quer dizer, usar do sintoma como um suplente, não de todo satisfatório, do Nome do Pai. Os efeitos desse quarto anel com relação à estrutura são de uma evitação da angústia sem nome. Na passagem ao ato, podemos considerar a ocorrência de um fracasso com relação a esse projeto.

Em se tratando do ACTING OUT, ele expressa ou mostra uma cena para a qual não há palavras disponíveis. Corresponde a um ponto de desconhecimento de sujeito, apresentado-se como um enigma que, longe de ser interpretado, deve ser analisado.

Desde que o analista está envolvido nesta situação, pois seria impossível chegar a se conhecer completamente, ou seja, conseguir se dar conta de imediato daquilo a que o seu desejo lhe move, ele deve, em contrapartida, estar apto a saber o que fazer dessa “falha”, para tornar analisável o que, em um primeiro momento lhe escapou. E é dessa forma que a análise se processa, durante o tempo de sua duração. Quanto mais hábil se torna o analista em manejar esses aparentes insucessos, mais a análise tem chance de progredir até o seu termo. Chamo de “aparente” insucesso a essa implicação do analista no ACTING OUT porque ela faz parte de qualquer análise. O importante é o saber fazer do analista na direção da cura.

**Quais os objetivos de um ACTING OUT na análise?**

A fim de entendermos melhor do que se trata, voltemos a Dora, a Freud e às circunstâncias em que o fato ocorreu.

Sabemos dos motivos que levaram Dora até Freud, incluindo-se nisso o seu pai e um casal amigo deste, os famosos Sr. e Sra. K.

Freud recebeu Dora através do pai desta, o que retira de Dora a responsabilidade quanto a uma demanda de análise.

A análise dura três meses, no fim dos quais Dora apronta uma cena de ruptura de tratamento.

O que se passa?

Partindo de que o ACTING OUT é uma resposta atuada, é uma mostraçāo com endereço certo, relembremos a relação de Dora com o Casal K.

O Sr. K a havia assediado fisicamente em certa ocasião. A Sra. K, amante de seu pai, tornara-se sua amiga. O pai de Dora era assistido por Freud, com quem falava do triângulo amoroso do qual fazia parte, enquanto queixava-se da própria mulher.

Ao ser conduzida a Freud, Dora passa a desfiar um rosário de queixas, sobretudo contra seu pai e o Sr. K. A sua mãe mostrar-se-á incompetente enquanto mulher, furtando-se a permitir à filha uma saída para a sua feminilidade.

Transitando entre esses personagens, Dora está perdida do ponto de vista de suas identificações, buscando através da Sra. K, por um investimento homossexuado, o que é ser uma mulher.

Por conta das relações de seu pai com a Sra. K, Dora vê-se atirada por aquele, aos braços do Sr. K, o que interessava a seu pai, como forma de afastar a mulher amada de seu rival.

Dora se insurge contra tal comportamento, pois, na verdade, dirige seus interesses para a Sra. K.

Freud, por sua vez, alia-se, sem se dar conta, ao pai de Dora, propondo-lhe construções em que revela o seu interesse pelo Sr. K. Recusando-se a aceitar tais construções, naturalmente falsas, Dora engendra, inconscientemente, a cena que se constitui na resposta a ser dada a seu pai e, por conseqüência, a Freud.

A cena do ACTING OUT é uma história sem palavras dirigida ao analista na tentativa de encontrar uma significância para algo de desconhecido que tem relação com a verdade de Dora.

Sob a forma de uma provocação, ela força, até o último minuto, uma porta de saída, fechada por Freud, quando lhe fala, equivocadamente, do seu interesse pelo Sr.K.

Ao mesmo tempo Freud assume o lugar do suposto desejado, correlato do lugar do Sr. K e do pai de Dora.

É nesse momento que Dora lhe faz um contraponto: “Você não compreendeu nada do que lhe disse até agora. Olha então o que se passa!”.

De fato, Freud nada compreendera da situação.

O triângulo estava, na verdade, formado pelo Sr. K, pela Sra. K e por Dora, que desejava a Sra. K, que desejava o pai de Dora.

Qual o comprometimento de Freud na atuação de Dora?

Ponho-me do lado de Lacan quando ele diz que a dita contra-transferência é resultante do conjunto de pré-conceitos do analista a interferirem, de modo indesejável, na situação analítica.

Do que se trata?

Voltemos ao caso de Dora.

Freud está presente, aí, inteiro. Quer dizer, nenhum analista é introduzido na cena da transferência sem ser acompanhado do seu Desejo.

Quais as consequências disso na análise?

Por mais analisado tenha sido um analista, nos diz o próprio Freud, haverá, sempre, os chamados “pontos cegos”, ou seja, algo de inanalizado, a repercutir na situação analítica. Sem isso, não poderíamos falar da transferência como algo surgido na análise, emergindo, exatamente, do desconhecido de cada um dos personagens envolvidos.

A posição dos dois presentes à cena, felizmente, não é simétrica. Caso contrário, deixaria de haver possibilidade de análise.

Ao analista cabe saber o que fazer do seu desejo, quando se revela na situação analítica, a fim de conduzir a análise, ou melhor, a fim de permitir que haja análise. Nesse sentido, estar morto ou ocupar o lugar do morto, não quer dizer ficar calado, simplesmente, mas não deixar que o seu desejo impere sobre o desejo do sujeito. Ocupar o lugar de “*semblant*” – semelhante – do objeto “a”, quer dizer, abrir mão de seus desejos a fim de que o objeto “a” possa surgir nas suas diversas formas.

O único desejo a prevalecer na situação analítica – lado do analista – é o de favorecer a continuidade da análise, para isso, permitindo a emergência do desejo do sujeito.

Qual a posição de Freud com relação a seu próprio desejo, nesse caso?

Segundo suas próprias considerações a propósito da atuação de Dora, o que aconteceu só depois do fato, Freud enveredou por uma vertente interpretativa levando em conta o interesse heterossexual de Dora, na relação com o casal K.

Por que se curvou a isso quando todos os indícios são de uma prevalência de interesses homossexuais?

Não podemos esquecer que na época do atendimento a Dora, outubro de 1890, Freud estava em plena “análise” com Fliess, com quem trocava idéias inclusive a respeito desse atendimento.

Seu envolvimento com o amigo fez emergir, naturalmente, os seus desejos homossexuais recalcados, dos quais se defende, sem atinar com isso. A escuta que faz do relato de Dora leva-o a um desvio por meio do qual se defende desses desejos.

A sua defesa contra esses componentes excluídos da cadeia simbólica é o elemento decisivo no ACTING OUT de Dora.

Dora atua a partir da conjunção de desejos enredando o seu próprio pai, o Sr. K e a Sra.K, cumprido o que se poderia chamar “*pére-version*”, quer dizer, a perversão relacionada ao desejo. A “*pré-version*” corresponde ao que, do Gozo do Outro, cai como resto da operação regida pela lógica fálica. Ou seja, o que fica excluído do balizamento fálico do Gozo.

Não é por acaso que o analista se sente incomodado com as atitudes que podemos classificar de cínicas, que estão presentes na atuação.

São posturas provocantes e desafiadoras que movem o analista a uma irritação, não sem motivos. Freud, enquanto analista, está comprometido, tanto quanto qualquer outro analista, com a “*pére-version*”, mas como bom neurótico, deixa de ver em Dora o rejeitado de sua cadeia significante.

Freud jamais obteve de Fliess a interpretação desejada para dar nome ao que vivia com ele na relação transferencial. De algum modo, atua esse desconhecimento na relação com Dora, deslizando da posição de analista, no momento em que dá acolhida ao seu próprio sintoma, falando do lugar da histérica. Nesse sentido, deixa a outra cena e passa ao ato. Cumpre, assim, uma derrapagem da posição de “*semblant*” de objeto “a”, nos seus três aspectos: deslizando para a posição de mestre (construções falsas com valor de verdade absoluta); dando vez ao seu sintoma, passando à posição da histérica; e abandonando a outra cena, ao se fixar na situação real do pretenso amor de Dora pelo Sr.K.

A ocorrência do Real, precipitando-se sobre o simbólico, caracteriza a rejeição de um significante da cadeia associativa do analisante e do analista, aparecendo sobre a forma de um comportamento inquietante e fazendo cena. Real provisório, que terminará quando o analista dá conta do seu recado, ou seja, ao perceber de que se trata, reverte a situação pela palavra ordenadora da situação.

Dora abandona o tratamento sem aviso prévio, completando a sua “vingança” ao voltar a Freud algum tempo depois, fechando a cena de uma vez por todas.

Freud não reconheceu, a tempo, o grau e forma de seu próprio envolvimento com a situação, definindo assim, a ruptura definitiva da análise. O ACTING OUT é um substituto do ATO ANALÍTICO quando este deixa de ocorrer no momento certo.

É importante distinguir a relação do Real com o ACTING OUT da sua implicação com a passagem ao ato.

No primeiro caso trata-se de uma ausência do significante capaz de nomear o que é experimentado, o discurso do analisante dirigindo-se a um pequeno outro (a) capaz de dar nome ao que falta, livrando-o da angústia sem nome. Ao mesmo tempo, tentando reintroduzir o simbólico por uma apropriação do imaginário.

Na passagem ao ato, há uma evanescência da palavra, o discurso dirigindo-se ao grande Outro no sentido de uma leitura do próprio ato. Relembro o caso de um suicida que, às vésperas de sua morte, se calava de modo enigmático, acompanhando as instigações dos amigos para que falasse do que estava lhe acontecendo com um sorriso ao mesmo tempo irônico e misterioso. À leitura do ato, como se tornou claro, feita pós concretização da sua morte, há muito tempo atrás, corresponde ao óbvio de ter sido esta, a única vez na sua vida, em que pôde, no Real, escapar do Desejo do Outro, concretizado na mãe e no marido, pela determinação da própria morte, acontecida justo no momento mais inesperado, quando, passada a depressão, estava perfeitamente bem, sendo impossível para qualquer dos que a cercavam perceber do planejado.

Nesse caso dá-se um salto no Real, que recobre todo o campo do Simbólico, abolindo-se o Imaginário.

O analista, nesses casos, sendo, também, efeito de linguagem, enquanto sujeito, cai de seu lugar, condição de efetivação de qualquer análise, pois, do contrário, a relação permaneceria estritamente no Real, marcado pela infalibilidade de um robot que escuta sem conduzir a lugar nenhum.

Avaliaremos o ACTING OUT, agora, do lado do analisante.

Se é de sua alçada deixar-se conduzir pela associação livre, de algum modo, situando-se na passividade que a sua condição lhe permite, na atuação, ele muda de posição, passando à ação. Pondo em cena o seu discurso, torna-se o produtor dessa mesma cena que dirige. Sai, desse modo, do discurso da histérica, o que deve alertar o analista.

Com esse comportamento, tenta adquirir o domínio de uma situação que lhe causa angústia.

A prepotência do analisante nessa circunstância, é evidente, aliada à agressividade dirigida ao pequeno outro (a) imaginário de quem cobra algo que ele não lhe pode dar. Forja-se então uma relação dual, da qual o simbólico fica excluído, enquanto lugar da palavra.

ACTING OUT é considerado uma forma de transferência sem análise desde que, no momento em que ocorre, corresponde ao da queda do analista do seu lugar, porém as suas consequências não são irreversíveis, na medida em que esse fenômeno é inerente a qualquer análise.

## O BARROCO OU O LUGAR DO CORPO<sup>1</sup>

*“O barroco é uma viagem que tenda dar forma ao êxtase” (Nestor Perlongher).*

*“Não é a sua consciência que o sujeito está condenado, é o seu corpo que resiste de muitas maneiras a realizar a divisão do sujeito”. ( Lacan )*

Uma interrogação toma corpo e faz ruídos.

Se o significante não abarca totalmente o sujeito, qual o lugar do REAL na sua constituição?

Questão insistente, a perseguir o analista na sua prática diária, onde o enigma se faz presente sob a forma de um corpo mudo que nada espera da fala.

A experiência infantil do “homem dos lobos”, no momento do corte alucinado do seu dedo, acompanha-se de uma impossibilidade de dizer isso à sua babá. Freud refere-se ao episódio, relacionando-o a um confronto com a realidade de castração, rocha sólida onde o simbólico esbarra, dirá Lacan.

Mas, enquanto a castração é simbolizável em determinadas condições, algo é retido no corpo como impronunciável, aprisionado que está em um registro tal, impossível de ser nomeado.

Como nos acercamos desse corpo que, podendo ser apontado, pois aí está, não pode ser dito?

Abordável por um lado, através da imagem dele construída, é um corpo marcado pelas fantasias – as que determinaram a sua captação imaginária – podendo, apenas, ser mostrado na medida de sua fantasmagoria.

Recorte feito no real, por um imaginário apontando para o simbólico, dele destacando, deslocando fragmentos que organizam um corpo distorcido e distanciado de suas origens outras.

Algo, entretanto, escapa desta imaginarização, mantendo-se aquém da possibilidade de nomeação, embora esteja presente por seus efeitos e por suas propriedades, uma delas a de ser inominável.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na reunião Lacanoamericana de Porto Alegre - 1993.

Quanto aos seus efeitos, entre outros, eles se mostram nas lesões somáticas, alheias à fala, nas doenças que consomem o corpo, levando-o à morte.

A lesão corporal representaria um enigma, em certos casos, para sempre indecifrável, que morrerá com o corpo no qual se inscreveu em nome de um gozo proibido?

No seminário XX – *ENCORE* – nos diz Lacan: “se há algo que funda o ser, certamente que é o corpo” – no caso, o corpo animal – referência a Aristóteles e às suas dissecações, porém, acrescenta: “é preciso que esse corpo se baste e, nesse sentido, trata-se de um corpo fechado em si mesmo”. Corpo e real se confundem, nessas circunstâncias, e, se real/corpo é o que não cessa de não se escrever, valeria uma preocupação a respeito?

Se a análise não foi feita para curar, interroguemos a nossa clínica, para nos situarmos no limite de nossa prática psicanalítica e de seus efeitos, o que, ao mesmo tempo nos colocará diante do real da clínica, remetendo-nos a uma clínica do real.

Autorizada pelos efeitos constáveis na clínica por esse corpo impenetrável, dele procuro acercar-me, através dos estudos das obras de arte, começando por Freud, de quem me aproximo e onde leio: “...por que a intenção do artista não poderia ser comunicada e compreendida em palavras, como qualquer outro fato da vida mental?...”.

Retomo essa interrogação feita a partir do enigma proposto pela obra de arte e seu criador. Freud, tanto quantos outros autores por ele citados no seu texto “O Moisés de Michelangelo”, empenha-se em encontrar uma resposta a esta questão.

Diante da estátua de Moisés, de Michelangelo, obra por ele considerada maravilhosa quanto inescrutável, confessa o impacto por ela causado, levando-o a voltar a contemplá-la inúmeras vezes, na tentativa de encontrar uma solução ao desafio lançado pelo que vê, sem compreender.

Não satisfeito com o que os conhcedores de arte dizem a respeito, e colocando-se como leigo sobre o assunto, pensa ser a Psicanálise capaz de decifrar o enigma, por meio de uma interpretação adequada.

Através de um trabalho exaustivo, analisa, detalhe por detalhe, a figura de Moisés, posta em pedra, a partir de pormenores tidos como significantes, tal como procede na decifração dos sonhos.

Qual o resultado dos seus esforços nesse sentido?

Nada que responda às suas indagações que permanecem sem respostas satisfatórias, o que frustra, a nós, seus leitores, tanto quanto deve tê-lo frustrado, enquanto pesquisador.

Na verdade, a grande questão de Freud, é saber por que fora tão fortemente afetado pelo “Moisés”.

Apesar do impasse em que essa indagação o coloca, o próprio Freud nos dá pistas que nos reenviam ao cerne da questão.

Atentando para alguns pontos, aparentemente sem importância, da análise por ele empreendida, vamos encontrar uma indagação sobre a que se deve o efeito da obra de arte naquele que a contempla e, em seguida, sobre o que visa o autor despertar naquele que admira a sua produção, desdobramentos da questão inicial.

Para Freud, não se trata de nada que passe pelo intelectual, mas de uma atitude emocional que remeteria “à mesma constelação mental que, no autor, produziu o ímpeto de criar” ( sic, Freud).

Sigo os seus passos, para introduzir a questão do gozo na relação com a obra de arte.

Se o “Moisés” resiste, através dos tempos, às tentativas de interpretação, permanecendo mudo, frustrando os interessados em encontrar respostas ao seu enigma, deixando perplexos os que o admiram, seguramente os premia com um gozo além da linguagem que, partindo do seu criador, se transmite para a pedra onde se fixa e se eterniza, produzindo, sempre, mais gozo.

Dora, a de Freud, posta-se por duas horas, absorta e muda diante da Madonna Sixtina. Ao pergunta-lhe o que lhe agradara no quadro, Freud não obtém outra resposta que: “a Madonna”. Puro efeito de contemplação e da admiração, algo se passa, ela goza e o que fala disso? Sem resposta a essa questão, permanece tão muda quanto o “Moisés” de Michelangelo.

Da impossibilidade de uma resposta a essa pergunta, extrai-se uma conclusão: do gozo nada se pode dizer desde que é excluído da linguagem, mas ele pode ser expresso na pintura e na escultura animadas pelo impulso criador.

A obra de arte dá forma ao gozo sem precisar de palavras e, supondo-se não haver significantes para o significarem, corpo gozante e real se confundem.

Por que a escolha do barroco, enquanto forma de manifestação artística, para tentar uma aproximação ao corpo gozante?

Justamente porque, pela suas características, com o barroco o corpo se revela nos excessos de detalhes anatômicos, na grandiosidade das figuras, nos artifícios de que se vale para expressar o absoluto, o desmedido, a ausência de limites, na possibilidade de permitir um gozo para além do falo, apontando na direção do gozo do Outro, campo proibido, onde certamente só se encontrará a morte, lugar do gozo mítico, impossível de ser representado.

O barroco causa impacto por provocar o gozo – o excedente – que, nas igrejas, transforma-se em guirlandas a enroscarem-se lascivamente nas pilastes por onde escorregam, juntos, arabescos sensuais, espalhando-se de modo profuso por todos os espaços, criando nichos a abrigar os corpos dos santos e mártires, convidando sedutoramente os fiéis a gozar na orgia dionisíaca dos altares resplandecentes de ouro, nas expansivas formas das madonas envolvidas em vestes que revelam enquanto encobrem os corpos plenos do proibido, a explodir, permissivamente, nos recintos sagrados.

Resto do paganismo grego retornando, sacralizado? Modo de atrair os fiéis, seduzidos pelo que de humano – demasiado humano – retorna, através dessa forma de expressão de arte?

A esse propósito, Lacan nos fala do Cristo encarnado num corpo a serviço do gozo de um outro, justificando, de algum modo, a existência do barroquismo, “onde tudo é corpo evocando o gozo”, como efeito do cristianismo. Imaginar, criar além de qualquer limite, extrapolar regras e cânones bem comportados de uma estética contida (como o Renascimento), voar no espaço que deve ser preenchido para não deixar vazios, abismos, faltas. Ilusão de completude e horror às hiâncias que apontam para a falha à qual estamos condenados porque falamos?

“O barroco é uma viagem que tenta dar forma ao êxtase”, nos diz o poeta, autorizado por um saber que não se sabe.

O barroco sublinha e dá nítido contorno ao que as outras formas de expressão de arte – clássica, gótica, renascentista – apenas evocam. Ampliando espaço, explorando o inusitado, fazendo nascer o inesperado, o barroco pretende aproximar-se do absoluto no que ele tem de mortífero, na tentativa de dar sentido ao que, do sujeito, escapa à possibilidade de fala. Ou seja, o seu corpo, o seu gozo (excedente).

Se, de um lado temos a obra de arte configurando-se como um real, mas permitido a corporificação de um gozo excessivo de forma a garantir a possibilidade de sobrevivência do sujeito, do outro temos a lesão corporal o fracasso da metáfora,

apontando para o real enquanto limite, radicalmente irredutível, fechado em si mesmo, regulado por um desejo sem intermediação fálica, dirigido para um gozo total e absoluto somente encontrável na morte.

O doente somático se apresenta isento de angústia e, se há sofrimento, este se reduz a dor física que, se atenuada pela droga, leva-o a uma situação de tranqüilidade onde se pode vislumbrar a marca de um gozo completo do qual não pretende abrir mão, na sua caminhada para o êxtase final.

As afecções somáticas nos confrontam com um doente, no mais das vezes, pouco produtivo do ponto de vista de um deslocamento de significantes capazes de dar sentido à sua afecção e de distanciá-lo do excesso de gozo retido no corpo, desde que se estabelece um impedimento a uma destinação outra para aquele.

As sessões se resumem a relatos dos acontecimentos do dia a dia sem nenhuma articulação com a lesão em questão e se, por um lado, eles permanecem ligados ao analista – o que é comprovado pelas vindas sistemáticas às sessões – por outro lado, a demanda de análise não se efetiva em um desejo, a função do analista sendo reduzida a de um ouvinte pago para ouvir os seus relatos – coisa de que não abre mão – mas como se coubesse a esse ouvinte o papel de testemunhar a caminhada do sujeito para o abismo onde, afinal, se encontraria de posse do gozo absoluto. A impotência do analista é flagrante, vendo-se impelido a se curvar diante da demanda do suposto analisante, que nada espera da fala, mas se compraz em traçar os caminhos de uma realização ilusória, nesse sentido tomando o analista como cúmplice do seu projeto.

Distinguir a resistência do analista dos propósitos inconscientes do analisante é a grande tarefa a ser posta em prática e se torna a própria meta da análise, que, em última instância, deveria ser interrompida, num esforço último de fazer ato analítico e proporcionar a oportunidade de um corte que desvie o analisando de seus intentos mortíferos.

Concluo com Lacan: “O barroco é a regulação da alma pela escopia corporal”, entendendo com Deleuze, sobrevoando Leibniz, que “não há o obscuro em nós por termos um corpo encarregado de percorrê-la ou de explorá-la do nascimento até a morte”. (Deleuze).

E, se o real é constitutivo do sujeito, ele interessa a nós analistas, nem que seja para servir de fronteira e estabelecer limites à nossa prática, ou dirigindo-nos a explorar esse campo desconhecido e a avançar, através dos furos que a linguagem nos permite

fazer, na conquista de pedaços desse real do qual, jamais, conseguiremos nos apropriar totalmente.

## O HOMEM DOS RATOS

### Clínica da Neurose Obsessiva <sup>1</sup>

Falar da neurose obsessiva é ter de voltar a Freud e a um dos seus casos clínicos mais famosos, tal o destaque em que o colocou, na sua obra.

O Homem dos Ratos, uma alusão ao lugar de um gozo especial, representado numa prática exemplar em que, a alguém, se aplicava um castigo, objeto de horror do relato do cliente de Freud, a esconder uma cena tecida em torno de um desejo de morte, atrelado a uma dívida simbólica.

Que fantasmas se enredariam nessa trama da qual o sujeito se defende, construindo seus anteparos, preparados através de rituais estranhos, de dúvidas imobilizantes, de jaculatórias que deveriam anular desejos aterrorizantes e insuportáveis, com os quais não podia se confrontar?

Faremos um pequeno percurso pelo relato de Freud sobre o Homem dos Ratos, pontuando alguns aspectos que nos sirvam de pistas para construir o esboço de uma clínica da neurose obsessiva, na tentativa de manejá-la, na cura.

Um jovem procura Freud, afetado por uma série de achaques que lhe impedem de ter uma vida produtiva e saudável.

Tudo começa na sua infância, onde se pode encontrar indícios de sua futura neurose, praticamente cronificada, após anos de um sofrimento mascarado por comportamentos excêntricos, aparentemente, sem maiores tentativas de compreensão da parte dos adultos que o cercavam. Segundo o relato do “jovem senhor, de formação universitária”, sempre sofrera de obsessões, desde a infância.

Os sintomas que mais se sobressaíam eram os medos de que algo pudesse acontecer às pessoas mais amadas. Junto, surgiam impulsos compulsivos de cortar a própria garganta com uma lâmina, acrescentando-se certas proibições, aparentemente sem importância, que se lhe impunham, a respeito das coisas de menos valor.

---

<sup>1</sup> Seminários: FUNDAMENTOS DA CLÍNICA PSICANALÍTICA DE FREUD A LACAN – 06/06/1994

Depois de lutar anos contra tais idéias e de perder boa parte de sua vida nisso, procurou tratamentos em yoga, na época, em um sanatório onde conhecera alguém com quem mantivera, pela primeira vez, relações sexuais.

Sentia aversão às prostitutas, considerando que sua vida tinha sido obstruída, do ponto de vista sexual.

Ainda criança se dava a manipulações sexuais do corpo de suas governantas, a primeira chamada Fraulein Peter. Esse nome masculino teria implicações futuras na sua vida sexual.

A partir daí, desenvolveu uma intensa curiosidade sexual sobre o corpo feminino, corroborados por lembranças de outros episódios, a partir dos 6 anos de idade.

Tinha ereções, a respeito das quais consultava sua mãe, imaginando que ela era capaz de adivinhar seus pensamentos. Acha que, aí, começou sua doença.

Desejava ver despidas as pessoas jovens que lhe agradavam e tinha um estranho sentimento de que, se pensasse nisso, algo poderia lhe acontecer e, assim, deveria fazer algo para evitar tais desejos.

O que poderia lhe acontecer, nesse caso?

Aparentemente, a vida de um obsessivo parece normal, se não a olhamos de modo especial.

É freqüente pensarmos nos comportamentos externos do sujeito, como sendo, no máximo, excêntricos, ridículos, sem nos darmos conta dos sérios conflitos que aí se escondem, sendo os responsáveis por tais idiossincrasias e esquisitices.

Para o obsessivo, tudo gira em torno da evitação da realização de uma fantasia de desejo, que aparece sob a forma de um medo excessivo, a dominar completa e continuamente os seus pensamentos, ocupando todo o seu tempo e incapacitando-o para a vida produtiva.

Assim, em função de determinado ritual de evitação, o sujeito leva um tempo anormal para, por exemplo, sair de casa, desde que teria de dar duas voltas em torno da

sua cama, voltar ao lado esquerdo da mesma, rezar tais orações, sempre em frente de um espelho, tornando a voltar ao lugar onde teve o início o percurso e, assim por diante. Se surge uma dúvida quanto a erros no procedimento ritualístico, começa tudo de novo, até assegurar-se de que tudo fora executado como devia. Qualquer suposto equívoco seria suficiente para retirar-lhe o sossego, e nisso consome sua vida.

Não lembraria todo esse ritual, o procedimento de um assassino que, após ter cometido um crime, teria de assegurar-se de apagar todas as pistas que evidenciariam a sua culpa no ato?

Por outro lado, voltar atrás para certificar-se de que tudo fora executado a contento, não teria a ver com o assegurar-se de que sua vítima estaria, de fato, morta?

Todo o comportamento do obsessivo é dirigido à exorcização e, ao mesmo tempo, à realização do seu desejo de morte, na medida em que suas supostas vítimas são sempre as pessoas mais próximas e mais amadas.

No caso do Homem dos Ratos, trata-se do pai e da mulher amada.

Freud se propõe a investigar qual o status e o sentido das idéias obsessivas na vida mental do sujeito, a fim de torná-las mais compreensivas.

Num primeiro momento, trata de estabelecer uma relação temporal entre o aparecimento da idéia obsessiva e o contexto externo onde surgira.

Inicia esse procedimento através da análise dos impulsos suicidas ocorridos com seu paciente, o que era freqüente.

Numa das vezes, o Homem dos Ratos relata que a sua amada se ausentara por alguns dias, para cuidar de sua avó doente. No momento em que estava mais envolvido com seus estudos, veio-lhe à mente a seguinte idéia: “Se você recebesse a ordem de levar a cabo a sua prova, deveria tratar de obedecê-la. Mas, se lhe ordenassem cortar a garganta com uma lâmina, o que faria?” Deu-se conta de que tal ordem já havia sido dada e corria para o aparador para pegar a lâmina, quando pensou: “Não é tão simples assim. Você tem que sair e matar a velha”. Em seguida cai no chão, horrorizado.

Para Freud, o que acontecera de fato, fora o seguinte: a primeira idéia a surgir, fora a de matar a velha mulher para poder juntar-se à sua amada. Porém, o que surge em primeiro lugar é a necessidade de punir-se por pensamentos assassinos, cortando a garganta com a lâmina.

Outras idéias obsessivas de morte – a sua própria – lhe surgiram através de mania de emagrecer ou recebendo ordens de saltar de um precipício. Com relação à mulher amada, assumiam a forma de uma proteção exacerbada para que não lhe acontecesse nada.

É conhecido o episódio em que, ao passear de barco com ela, a uma ameaça de um temporal, quis obrigá-la a por o seu gorro, o que ela recusava, o que surgira da idéia de que devia protegê-la para que nada lhe acontecesse. É interessante observar a recusa quase desesperada da moça em aceitar tal condição, como se pressentisse o desejo de morte que tal ato escondia. Recordo aqui de uma pessoa que me dizia que o que mais odiava na mãe era o fato de ela lhe recomendar, quando ele saía de casa, que tomasse cuidado para que nada lhe acontecesse.

De todas as neuroses a obsessiva parece a mais cruel para como seu portador. Isso em função da sua relação com o desejo de morte ser tão radical. Ao mesmo tempo, nenhuma cuida tão bem da manutenção de um gozo.

Trata-se, na verdade, de algo revelado por Lacan, a partir de Hegel, onde nos deparamos com uma luta de prestígio entre o amo e o escravo. Dessa disputa radical, não haveria vencedor desde que um depende do outro para manter o seu lugar.

O amo precisa do reconhecimento do escravo, enquanto este precisa do seu senhor para ampará-lo, desde que não arrisca a própria vida, expondo-se a nenhum risco.

Tal situação gera uma revolta da parte do escravo contra o senhor, ao mesmo tempo em que ignora a parte que lhe cabe nisso. Essa alienação é uma característica do escravo, cego para se reconhecer portador de um gozo do qual não quer abrir mão. Gozo antecipado à desejada morte do senhor, que se renova a cada momento, sustentando a permanência numa situação que, aparentemente, abomina. Se a morte do senhor seria o preço de sua libertação, isso não acontece, porque é sempre adiada em favor desse gozo.

As hesitações de Hamlet na execução do assassinato do tio que havia morto seu pai, são geradas, de um lado, por sua identificação com o assassino, do outro, pelo gozo renovado a cada adiamento dessa morte, repetindo uma situação que só tem a ver com o desejo de morte do pai.

Desde que o obsessivo transita continuamente no tempo de um gozo antecipado permanente, cabe ao analista intervir no sentido de libertá-lo desse aprisionamento immobilizante. O manejo do tempo de duração da sessão é decisivo para lançá-lo fora do círculo vicioso a que seu desejo conduz e do qual não consegue escapar.

Outro aspecto importante com relação a uma determinação do manejo do tratamento é a obsessão de compreensão que afeta o obsessivo, a ponto de ter de entender o significado exato de cada palavra ou mesmo, de cada sílaba, perguntando continuamente “o que você acabou de dizer?” e ficando sempre insatisfeito com as respostas. Nesse caso, a postura mesma do analista de não responder às demandas do sujeito, por si só, funciona como uma forma de confrontá-lo com as possíveis origens de sua obsessão.

O que se verifica é uma luta entre desejos opostos, expressos nos atos compulsivos em que, num primeiro tempo é neutralizado por um segundo momento que, supostamente, anularia ou apagaria o desejo inaceitável.

Essas duas tendências opostas são satisfeitas, cada uma delas, isoladamente, uma depois da outra.

O conflito entre o amor e o ódio conduz Lacan a falar de enamoração (*haine-amoration*), como estando sempre presente na relação amorosa, aparecendo de forma radical na neurose obsessiva, o que caracteriza a patologia.

Freud fala de um mecanismo ligado à instalação da neurose obsessiva como de uma forma particular de recalque em que o trauma, uma vez esquecido, é destituído de sua catexia afetiva.

O que quer ele dizer com isso?

Nada menos de que qualquer coisa que descaracterizaria o mecanismo de recalque, enquanto tal, desde que, o significante do trauma, ou seja, a sua representação ideativa, permanece na cadeia associativa do paciente, enquanto o afeto faz novas conexões com idéias distintas das origens do conflito.

Dessa forma, o sujeito “sabe” de seus conflitos, mas trata-os como “não sabendo”, o que não se confunde com a denegação.

Ele “sabe” porque não o afastou da cadeia do pensamento e “não sabe” porque ignora a sua significação. De onde podemos dizer que há um conhecimento intelectual que de nada lhe serve por estar desconectado do afeto correspondente.

Encontramos, então, no obsessivo, um discurso intelectualizado onde fala de si como se falasse de um outro, onde o grau de sofrimento é medido pelos seus efeitos nos que os escutam.

Para o analista, pede-se, mais que em todas as outras escutas, paciência, no sentido de não precipitar-se em intervenções precoces que, longe de anteciparem o tempo de concluir e, consequentemente, o tempo de compreender, o fixaria no instante de ver, como fez Freud ao marcar o tempo de conclusão da análise do Homem dos Lobos, o que deu como resultado, a impossibilidade de subjetivação de sua história. Durante toda a sua vida, o Homem dos Lobos lidou com os conceitos psicanalíticos sem saber o que fazer deles, em benefício próprio. Risco que todo analista corre com relação ao obsessivo, quando não maneja satisfatoriamente o tratamento.

## O NOME DO PAI, O PAI DO NOME<sup>1</sup>

Num primeiro momento de suas elaborações, Lacan parte para uma concepção do sujeito fundada na primazia do simbólico.

O sujeito seria então efeito da operação de castração simbólica efetuada pela interdição do gozo do Outro, o que se dá através da metáfora paterna, enquanto significante dessa intervenção. A relação do sujeito com o significante é, então, fundamental.

A teoria do sujeito em Freud girava em torno do simbólico e do imaginário. O real, apenas se insinua no texto “O homem dos lobos”.

Em 74/75, Lacan avança um pouco mais e tenta formular a constituição do sujeito baseado na economia do gozo. Com a elaboração do sujeito baseado na economia do gozo. Com a elaboração da escritura a que chama de nó borromeu, dá conta das três ordens a partir das quais o sujeito se constitui.

Freud havia pensado nessas três consistências e procurava alguma coisa que pudesse ligá-las entre si de modo indissolúvel. A esse quarto termo chamou de “realidade psíquica”, representada pelo Complexo de Édipo. Tentando justificar este quarto termo, Lacan propõe a existência do Nome do Pai, ponto nodal a partir do qual real, imaginário e simbólico se enlaçam, impedindo assim, o deslizamento do sujeito na cadeia significante.

Ocorre que a metáfora paterna não é suficiente para barrar o gozo do Outro. A partir disso se determina a estrutura do recalque e a formação do sintoma. Por outro lado, na psicose, o sujeito mantém a sua estrutura de forma precária, prestes a dissolver-se a partir de uma intimação paterna vinda do real, o que se determina pela forclusão do Nome do Pai. De onde podemos concluir que do Nome do Pai não se pode esperar tudo.

Em decorrência dessa constatação Lacan questiona a indispensabilidade do Nome do Pai: “Seria imprescindível essa função do Pai? Mostro a vocês que isso poderia ser forjado.”. E acrescenta: “o nosso imaginário, o nosso simbólico e o nosso real estão, em cada um de nós, num estado de suficiente dissociação para que apenas o Nome do Pai mantenha tudo isto junto.”. Mas ressalta não profetizar que se possa dele

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na Reunião Lacanoamericana de Mar Del Plata.

prescindir – na análise ou fora dela – para conservar ligados simbólico, imaginário e real. Propõe então o “sinthôme”, enquanto formação não correspondente ao retorno do recalcado, como suplente do Nome do Pai.

A questão central por ele colocada no seminário do R.S.I é:

Qual pode ser o real de um efeito de sentido?

A característica do sentido é o fato de que a dimensão das coisas fundamentadas no real surge a partir de uma nomeação.

O sentido é, portanto, efeito de uma nomeação. O nó borromeu é utilizado por Lacan para dar a idéia de uma estrutura constituída de tal modo que encarne o sentido de modo correto. É o saber do analista, o saber eficaz, que enuncia o Nome do Pai para o sujeito.

A teoria do nó retoma a elaboração do MATEMA da psicanálise a partir da perspectiva de uma consciência do significante que a Psicanálise, enquanto prática, impôs a Lacan.

O discurso psicanalítico é, então, um efeito de sentido, como a poesia. Efeito de sentido não imaginário nem simbólico, mas REAL. Efeito de sentido que surge pelo equívoco.

O nó borromeu é uma escritura e não um modelo. Uma escritura que suporta um real. Consiste em um nó ligado por três anéis absolutamente idênticos, dois a dois e independentes. É o nó mental exigido pelo discurso psicanalítico. Sua consistência é a mesma do significante, sendo isso que permite o entrelaçamento dos três termos real, imaginário e simbólico. Se um dos anéis é desatado os outros se soltam. Essa sendo a sua prioridade fundamental.

A que registro pertence o nó borromeu? Na medida em que é sustentado pelo número três, é do registro do imaginário, pois a tríade RSI só existe pela adição do imaginário como um terceiro. A sua consistência é, então, imaginária. Ao fazer nó, esses anéis se constituem numa estrutura estável e homogênea. O ponto central da tripla intersecção cria um buraco, lugar do objeto “a”, que tem ao mesmo tempo consistência do real, do imaginário e do simbólico.

“O complexo de Édipo como tal é um sintoma. É enquanto o Nome do Pai é também o Pai do Nome que tudo se sustenta. O que não torna menos necessário o sintoma”. (Lacan in “*Le synthôme*”. Sem. De 18/11/75).

Do pai o que interessa ao sujeito é o Nome.

Não um nome qualquer, porém um Nome capaz de sustentar a sua existência.

Um nome capaz de desencarná-lo, de torná-lo significante enquanto criando pela linguagem e para a linguagem à qual se tornará sujeito, desde que esse é o seu destino.

Cativo do significante, o sujeito se reconhece como alienado, mas de uma forma de alienação constitutiva por se perceber feito à imagem de seu semelhante, com quem, entretanto, jamais se confunde. Sujeito emergente do real do seu corpo pela imagem que a palavra do Outro referenda.

Transitando nesses três registros é preciso amarrá-los de forma tal que a sua existência tenha êxito, o que lhe será outorgado pelo Nome do Pai, enquanto metáfora da ordenação simbólica que determina a radical impossibilidade do Gozo do Outro.

É desse sujeito que estamos falando.

De um sujeito que, de início é, sem existir, construindo-se a partir de uma significação que lhe será atribuída por um outro ancestral, condição para habitar o seu corpo como seu, na medida de sua ex-sistência, isto é, da possibilidade de existir para além dele.

O sujeito se constitui a partir da articulação dos elementos essenciais do ser falante (*Parlêtre*) que estão presentes na linguagem.

O REAL, enquanto experiência da Falta Primordial no tempo, é o inantecipável. (O encontro faltoso de que nos fala Lacan). O fort-da. O Outro que nunca está lá quando procurado.

O IMAGINÁRIO, enquanto o confronto entre o pouco de ser desejante e a possibilidade de plenitude antecipável da imagem do outro que é ele mesmo. O que remete à formação do ego na sua alienação constituinte.

O SIMBÓLICO, como presentificando a falta simbólica de uma plenitude ausente, mas cujas possibilidades são antecipáveis (uma referência à palavra, enquanto morte da coisa).

Num primeiro momento mítico da constituição do sujeito, a forma de enodamento do seu nó corresponde ao que Lacan chama de nó paranóico, representado pelo nó borromeu de três anéis atados a três. Consideramos esse momento o da constituição de uma matriz com relação à qual se pode falar de uma estrutura mínima do sujeito, de qualquer sujeito. A rigor, ainda não se poderia falar de sujeito a não ser de forma virtual.

Como poderia o sujeito pôr-se em marcha, a partir desse primeiro momento lógico de sua constituição?

Lacan propõe a possibilidade da função suplementar de um anel a mais a ser agregado à estrutura primeira. Anel a mais, cuja consistência seria para referir à função paterna, tendo valor de sintoma.

Em que sentido usa Lacan o termo sintoma, nesse momento?

A função paterna remete ao Desejo Primordial e à sua impossibilidade.

Ao criar o mito do assassinato do pai, o neurótico não quer outra coisa senão dar versão ao Desejo primordial e o faz, justamente, a partir do que, do gozo impossível, escapou à ordenação simbólica.

A coisa passa a ser vista como proibida e não como inatingível.

Se me foi proibida é porque está lá. Se me livro daquele que a deseja tanto quanto eu, posso atingi-la. A perversão paterna se transmite ao filho que dela compartilha.

Aí se situa o Complexo de Édipo como sintoma da insuficiência do Nome do Pai para barrar totalmente o gozo do Outro.

Dessa forma, o sujeito recalca o seu saber de castração simbólica, transgredindo a lei da interdição do incesto e gozando do seu sintoma.

De onde concluímos poder o neurótico beneficiar-se do fato de – a partir da inscrição da metáfora paterna – poder garantir o êxito da “*Bejahung*” primordial e o sucesso do Recalque originário.

Agora o nó passa a sustentar-se a partir de outra consistência.

O sintoma preside a origem da estrutura neurótica.

Quais as consequências clínicas dessa posição? Se o sintoma serve a alguma causa não seria simplesmente a de sustentar um gozo absurdo. Muito mais do que isso, defende o sujeito da demanda imaginária do Outro. Enquanto, fazendo suplência ao Nome do Pai, se interpõe entre este e o sujeito. Nesse sentido o sintoma resiste. E se resiste é porque serve com muita competência aos propósitos do sujeito.

Lacan propõe que, pela análise, o sujeito deve ser liberado do sintoma, ao mesmo tempo em que esta permite a liberação do “*sinthôme*”.

Do ponto de vista do nó, o real deve passar pelo simbólico em dois pontos e o lugar do sintoma deve ser simbolizado.

A que corresponde a simbolização do sintoma?

À sua substituição por algo que possa ser evocado na sua ausência. O que não quer dizer que se possa dele prescindir.

Tirar partido do sintoma é um efeito da análise. À arte de usufruir do sintoma, Lacan chama “*sinthôme*”. Joyce não sabia que fazia “*sinthôme*” e é dessa posição de suposto-desconhecer – próprio do artista – que a sua arte de dizer faz efeitos. Nesse sentido, o psicótico e o artista estão no mesmo barco.

Quanto ao neurótico, em que posição se colocaria?

A Psicanálise, enquanto ciência do inconsciente, emerge de Freud para sustentar um pai humilhado aos olhos do filho, pela sua condição de judeu na Europa preconceituosa dos fins do séc. XIX.

Resgatando o nome do pai, permitindo a Jacob Freud situar-se na história como pai de Sigmund Freud, tornando ilustre o nome ancestral, recebido do pai e do pai do pai, Freud-Sigmund adquire re-nome, auto-nomeação que fala do seu engendramento enquanto sujeito. Sigmund por Sigismund.

“Wo es War, soll ich werden”. Onde isso era, deves advir como sujeito.

Ao produzir enigmas através de sua ciência, encontra uma maneira de amarrar o seu nó.

“Tive sucesso onde o paranóico fracassou”, conclui Freud.

O que quer dizer com isso?

Ao se tratar do neurótico, por efeito da inscrição simbólica da metáfora paterna, o seu nó permanece atado por uma outra consistência, enquanto no caso do psicótico, a ausência dessa inscrição permite o retorno, no real, do outro forcluído, podendo ou não chegar a construir um delírio a partir daí. O sucesso dos neuróticos diz respeito à possibilidade dele poder fazer sintoma às custas do recalcado. O que quer dizer que a metáfora paterna funcionou.

Por outro lado, tanto um, quanto outro poderiam passar sem o Nome do pai, desde que deles façam uso, pelos seus suplentes.

## QUANDO A PALAVRA FRACASSA

### Os limites de nossa prática.<sup>1</sup>

M. de Sainte Colombe, estranho musicista francês do século XVII, cuja concepção totalmente intimista da arte musical o leva a manter-se afastado das honrarias da Corte de sua época, abdicando dos proveitos vindos da elite social, súditas das aparências e dos valores supérfluos, sempre em voga, se retrai na sua vida de família onde a esposa tem um lugar muito especial, junto às duas filhas.

Com a morte da bem amada, mais do que nunca, esta tornou-se a suave musa e fecunda inspiradora de suas composições. Sainte Colombe nos é apresentado como alguém reservado e introspectivo, muito econômico quanto ao uso da palavra.

Pouco lembrado em nossa cultura musical, nos é trazido pelo cineasta Alain Corneau a partir do texto de Pascal Quignard no filme *Tous les matins du monde*.

Cultua a música em um santuário sagrado de onde só os iniciados mais sensíveis poderiam se aproximar.

Algumas indagações me ocorrem a partir desse filme.

O que levaria o homem à criação fora da linguagem verbal?

Como articular real, imaginário e simbólico enquanto estruturando um sujeito que se constitui na linguagem?

Interrogação permanente para o analista é a do porquê da obra de arte enquanto forma de expressão não verbal.

No percurso empreendido à procura de aproximações que nos levem a um efeito de sentido, a música surge, mais que a pintura e a escultura, como expressando o impossível de ser dito.

Longe de querer abordá-la como especialista, pretendo avançar, a partir dessa evidência, na direção dos limites de nossa prática psicanalítica. Golpe a nos ferir narcisicamente quando a Psicanálise se nos oferece, sedutoramente, como podendo dar conta de tudo ou de quase tudo... Reenviada à finalidade da Psicanálise, me encontro diante de uma complexa discussão em que o final de uma análise, por um lado, corresponde a uma expectativa ambiciosa e, por outro lado, quase deixa o analista sem

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na reunião Lacanoamericana de Psicanálise da Bahia, agosto/1997.

nada nas mãos que justifique um processo tão longo, tão sofrido e que custa tão caro em termos financeiros.

Ambicionamos chegar ao término de uma análise de bem com a vida. Que ela seja a amiga leve e prazerosa e que nos conduza....um dia...docemente...à morte. Mas para se chegar a isso é preciso nos livrar de um Outro que é nosso carrasco permanente, com os olhos voltados segundo por segundo para as nossas ações, as menos significativas e, por isso mesmo, as mais significantes.

Mas o que fazer no montão de vivências jamais faladas porque, impossível mesmo de serem ditas, nunca teremos a elas acesso?

Para justificar tal indagação me reporto ao campo de *Das Ding*.

Encontro em Freud referência à coisa enquanto muda, enquanto realidade muda, o que relança o sujeito às suas relações com o mais primordial de seu apego ao objeto fundamental. A coisa como referida a vivências arcaicas – relacionadas às sensações primeiras, difusas, sem forma, agradáveis e desagradáveis, a partir das quais toma corpo.

Não se trata da mãe, mas de puras experiências ligadas a variações de temperaturas, ruídos, odores, sensações tátteis e de apaziguamento da fome e da sede.

O prazer e o desprazer são as únicas formas de respostas a tais estímulos, a partir das quais se tornam possíveis reativações desiderativas ligadas a um gozo indescritível, incluindo prazer-desprazer, desde que o aparelho psíquico ainda não se encontra, a rigor, constituído de modo a regular os excessos produzidos por essas sensações primitivas.

Julgamento de existência ou possibilidade de ajuizar tais sensações não existem por conta da prematuridade do aparelho. A Coisa não tem representabilidade.

Em algum momento Freud fala de um excesso de sexualidade que impede a tradução de uma experiência em imagens verbais.

Textualmente ele nos diz que, quando a recordação de um período anterior se dá em outro posterior, introduz no psiquismo um excesso de sexualidade que exerce um efeito inibidor sobre o pensamento, dando à recordação e a seus derivados o caráter compulsivo que os torna inacessíveis à cadeia associativa. Assim, a reativação da suposta cena sexual nos conduz a consequências físicas (conversão) e não psíquicas.

Freud usa duas palavras alemãs para se referir as formas diversas da Coisa. *Die Sache* é aplicada quando fala da representação-coisas (*Sachevorstellung*). As coisas são da ordem pré-consciente, podendo chegar à consciência sem maiores problemas. São,

portanto, dominadas pela linguagem. *Die Sache* é usada no contexto da linguagem. *Das Ding* é outra Coisa no sentido textual do que estou dizendo.

Em primeiro lugar, é importante distinguir *Das Ding* da mãe. Em seguida, devemos separá-la do objeto “a”. Este entra no lugar do objeto faltante obturando, de certo modo, a falta. *Das Ding* também não se confunde com o objeto perdido. Objeto primordial.

De que se trata então quando Freud fala de *Das Ding*?

No Projeto se refere a *Das Ding* como resíduos que se esquivaram ao juízo de realidade, à possibilidade das experiências corporais, sensações, imagens motoras arcaicas que fundamentam a reprodução dessas experiências através do pensamento.

Se assim é, *Das Ding* é tudo o que condensa, escapa à possibilidade de uma expressão verbal, embora esteja presente em forma de sensações associadas ou conectadas ao objeto do Desejo, permanecendo de modo constante e inapreensível.

Se trago *Das Ding* ao contexto do tema abordado agora, é porque me dou conta de um mundo imenso de experiências vividas nas origens da estruturação do sujeito, seguramente servindo de lastro para essa constituição e das que só temos notícias pelos efeitos surgidos em tempos posteriores, sem podermos agir sobre eles.

O que fazer desse universo desconhecido, inacessível à palavra, não passível de chegar até nós como significantes presentes nas associações do analisante?

Essa interrogação nos remete ao texto de Freud sobre as construções em análise que tem como contraponto a proposta de Lacan sobre a travessia do fantasma.

A construção ou reconstrução como modo de intervenção em uma análise se relaciona diretamente com o real do fantasma. Trata-se, na direção da cura, da retomada pelo analista de fragmentos do discurso do analisante, esparsos através de associação livre junto à detecção de momentos em que o gozo se prenuncia como pano de fundo desse discurso desconhecido do qual o analista nada sabe. Nessa retomada, o analista constrói uma ficção com valor de verdade, pretendendo dar conta e contribuir para a montagem do fantasma que levou o sujeito a tomar, enquanto objeto, um lugar na cena onde se imola ao desejo do Outro. Para se chegar a isso não há outra via que a do significante.

Nesse sentido, passamos do real ao imaginário – ficção a partir da qual se produzirá um saber como verdade. Temos então construção e atravessamento do fantasma fundamental, acesso ao saber e constatação dos limites desse saber. O que sobra dessas operações?

Os seus efeitos, as suas consequências? Se *Das Ding* é anterior à possibilidade de uma inscrição e ao recalque, produzindo efeitos inestimáveis, qual o destino dos resíduos permanentes que deixam seus rastros no fim de uma análise?

Podemos introduzir aqui a sublimação como um dos destinos das pulsões que não passam pelo recalque. Tratar-se-ia, então, de modelar um significante a representar a existência do vazio relacionado à *Das Ding*, significante que se apresenta como nada.

Quando falamos da literatura, da pintura, da escultura como possibilidade de uma criação em torno do vazio da Coisa, falamos de “um certo modo de organização em torno desse vazio” (Lacan).

Ao introduzir-se a música, um campo mais complexo se configura, desde que os limites da possibilidade de expressar o inexpressível se amplia além do que acontece na pintura e na escultura. A própria forma de materialização da música, prescindindo de uma matéria-prima que, de algum modo, limita a produção do artista (a argila, a pedra, as tintas) estabelece possibilidade de expressão de uma gama de infinitas combinações de sons para além do imaginável. Se na música encontramos algo (a Nota Azul, de Chopin), não simbolizável, pois não podemos inscrevê-la, ela é simbolizante desde que possibilita o despertar dos significantes mudos ou promovendo um desencadeamento da cadeia inconsciente (ref. Ao trabalho de D. Weill sobre a nota Azul).

Tal constatação não nos confrontaria com os limites da nossa prática que se vale de uma escuta dos significantes da história de nosso desejo passível, apenas, através da palavra?

Penso na questão da sublimação talvez por se tratar de algo relacionado à *Das Ding*, fora de possibilidade de uma representação e permitindo um acesso ao bom sintoma (“sinthôme”) que nada tem a ver com o retorno do recalado.

Se o fim de análise se relaciona com a possibilidade de, liberando os alcances da sublimação, permitir o advento do synthôme; poderíamos nos perguntar, afinal, o que é o talento? O Dom para o exercício das artes, seria privilégio de alguns ou algo a que poderíamos ter acesso se removemos os bloqueios, assim ampliando uma maior possibilidade de sublimação?

De onde provem uma maior ou menor capacidade de sublimar?

Sigo com essa questão, esperando melhores aportes à sua solução.

## **MODOS DE INTERVENÇÃO DO ANALISTA: Ato analítico<sup>1</sup>**

Retomo o essencial da transferência como cenário, ao mesmo tempo enquanto motor da ação analítica, ou seja, como o que faz com que esta funcione.

Na cena criada pela transferência se desenrola uma ação a acontecer em ATO, como uma peça de teatro.

ATO e ação não se confundem. Enquanto a ação supõe movimentos na direção de alguma coisa, o ato é a consolidação, é o momento onde todos os movimentos da ação se conjugam para produzir um efeito notável.

Qual o efeito esperado no ATO analítico.

O ATO analítico opera no nível da produção de uma mudança no discurso, este sendo entendido como o lugar onde a estrutura se manifesta.

A estrutura diz respeito ao modo pelo qual o sujeito se constitui, ou seja, o que se cria num espaço topológico em que os lugares e as posições dos vários elementos que a compõem são anteriores aos seus ocupantes e em que as relações entre tais elementos são determinadas em função desses lugares e posições rigorosamente interdependentes e regidas por leis de composição interna.

A produção do ATO analítico tem implicações relacionadas com o dizer ou não dizer do analista. O que o analista diz ou deixa de dizer tem, por sua vez, a ver com a voz enquanto objeto “a”, objeto causa do Desejo.

Mas a voz, para não se reduzir a um ruído, só tem valor por transportar uma LETRA, sendo esta a condição para que se estabeleça um corte no discurso a partir da intervenção do analista.

A LETRA não é nem a palavra, nem a fala.

É uma escritura determinada pelo grande Outro primordial, ou seja, pelo DESEJO da MÃE.

É o Desejo da Mãe que marca o corpo de cada sujeito falante, o que acontece a partir da posição desse Desejo com relação ao nome do Pai, enquanto lugar da LEI.

---

<sup>1</sup> Seminários: FUNDAMENTOS DA CLÍNICA PSICANALÍTICA DE FREUD A LACAN – 27/09/1993.

A letra é efeito do significante, do discurso do Outro que se inscreve no corpo do sujeito.

De que forma isso acontece?

Numa etapa em que ainda falta ao sujeito a palavra, os ditos assim como os não ditos maternos, carregados dos desejos ancestrais, marcam o seu corpo. Essa impossibilidade de articulação significante desses ditos ou não ditos, se constitui num REAL com o qual o analista deve saber lidar para que se torne possível uma descolagem dos significantes que faltam ou não e estão à disposição do sujeito, no nível do seu discurso. Entenda-se DISCURSO como a história do DESEJO do sujeito, veiculada pela linguagem.

É importante notar que à letra, enquanto portadora do DESEJO da MÃE, acrescenta-se um GOZO, chamado GOZO do grande OUTRO materno, ou, simplesmente, Gozo do Outro. Gozo destrutivo e, paradoxalmente, impossível, pois trata-se de colocar em jogo a possibilidade de um gozar de forma absoluta e total, correspondendo ao gozar plenamente do incesto.

Mas o discurso do sujeito, balizado de início pelo Desejo da Mãe, pode ter uma outra leitura, no momento em que nele podem ser reintroduzidos os significantes que faltam, porque ficaram fora da cadeia associativa do sujeito. Nesse sentido é que se diz que o inconsciente é o discurso do Outro.

A demanda de análise esconde o desejo do sujeito de libertar-se do desejo da mãe, que volta, enquanto recalado, nas inibições, sintomas e angústias pelas quais, em maior ou menor grau, mais cedo ou mais tarde, o sujeito é acossado no decorrer de sua vida.

Na análise, por meio da associação “livre”, o sujeito aprende a ler a sua história a partir das letras que a constituem.

Qual a função do analista numa análise?

Oferecer condições para que haja um redirecionamento da história do sujeito. Nesse sentido ele é o agente dessa possibilidade de mudança, impulsionando a ação, sem, entretanto, efetivá-la.

É do desejo do analista que depende a re-significação da história do analisando, desejo esse que se consuma na própria abolição de seus desejos menores, tais sejam, o desejo de curar, de fazer o bem, de consolar ou outros que não sejam o Desejo de manter a análise, de permitir que ela prossiga, apesar dos percalços no seu

desenvolvimento, o que deve acontecer a partir de uma ética que diz respeito a jogar o jogo de acordo com a estrutura do discurso.

O analista tem um lugar definido nesse discurso. O de semelhante do objeto “a” – objeto causa do desejo. Desse lugar ele possibilita o que Lacan chama de “operação insensata”, quer dizer, aquela que instiga a pulsão epistemofílica, comandada pelo desejo de saber do Desejo da Mãe.

De que forma o analista deve intervir para que a análise possa ser levada adiante na procura desse saber?

Do lugar de suposto saber do desejo do Outro, o analista, em um primeiro momento, deve escutar para ouvir a qual parte do discurso do analisando pode ser conferido o termo significante.

Isso acontece se sua escuta se desloca do factual do relato para o factício ou mesmo para o fictício. Esse deslocamento de escuta tem a ver com a transferência (*UBERTRAGUNG*), com a outra cena, onde o analista vai efetuar as suas intervenções.

Cabe ao analista suspender as certezas do sujeito até o ponto de desmistificar suas últimas miragens, ou seja, até o ponto em que ele pode desprender-se das capturas imaginárias nas quais se deixou enredar nos vários tempos de sua constituição.

O analista, portanto, fala. Não para apontar simplesmente o que se esconde atrás do dito do analisando, mas, para descobrir o sentido oculto da sua fala.

O analista intervém para escandir a fala do analisado, para operar um efeito de sentido, que dê outra direção à história do sujeito. Escandir ou sublinhar um dito, assim como produzir um corte numa sessão, são modos de intervenção a que o analista se autoriza para mudar o discurso do analisando e abrir a possibilidade de surgimento de novos significantes.

É importante notar que as intervenções do analista são sempre antecipadas aos possíveis efeitos de sentido que, nesse caso, delas são consequências. Sendo, entretanto, fundamental que não se dêem à revelia da fala do analisando. Elas devem incidir no que, do discurso, já está presente à fala do sujeito, mesmo de forma não explícita, pelas metonímias ou metáforas substitutivas do Desejo, mas que ainda o mantém como um sujeito indeterminado, não presente ao seu próprio dizer.

O analista intervém, também, para nomear, para dizer o fantasma.

Porque cabe ao analista nomear o fantasma? Que fantasmas?

Os fantasmas em questão são os relacionados com a cena primária, a sedução e a castração que condensam tudo que o que venha a se relacionar à história do Desejo do

sujeito. Como estes se constituem num REAL de que nos fala Lacan, não se pode ter um acesso a eles a não ser pelo dizer do analista, desde que se constituem como mitos ligados às origens do sujeito, mas que fazem efeito na sua história.

Esses fantasmas devem ser nomeados a partir dos vários disfarces por eles tomados no decorrer dos tempos do sujeito, nomeação feita através das chamadas construções, onde o analista põe em palavras os mitos originários e fundantes do sujeito falante.

De alguma forma há um saber no analisando da verdade desses mitos, porém a não apropriação consciente desse saber o mantém alienado ao seu sintoma, com o qual goza.

Essa posição do sujeito o coloca dizendo NÃO ao gozo fálico, ou seja, a uma forma de gozo possível. Modo de gozar neurótico ou perverso, pois nele não se inscreveu a NÃO possibilidade de haver relação sexual entre ele e a mãe. Nesse sentido, Lacan situa a questão de que não há relação sexual possível, desde que o gozo fálico é o gozo do significante, restando-nos a questão: como fazer copular dois significantes?

A análise permitiria uma passagem de uma forma de gozo – gozo do Outro – a outra – gozo fálico. Do gozo impossível e mortífero ao gozo possível. Uma coisa seria intervir a nível dos fantasmas, outra, sobre a causa do Desejo.

Se, no primeiro caso, o analista opera a partir das construções, num segundo momento, ele faz uma interpretação. Esta corresponde ao que se considera o momento crucial da análise, o que corresponderia a uma identificação daquilo que causa, no sujeito, o seu desejo.

Se as construções na análise incidem sobre os fantasmas, a interpretação recai sobre a causa do desejo, elemento organizador das fantasias. Sendo assim, ela não é localizável enquanto significante, mesmo sabendo-se que as associações significantes são comandadas pelos fantasmas.

A interpretação tem um efeito do corte diferente do produzido pela escanção, pela construção ou outras formas de intervenção do analista.

Esta intervenção torna-se oportuna no momento em que o analisando se coloca em relação a duas significações contraditórias entre si. Deve ser precedida de construções sobre os vários tempos do fantasma, o que, de certa forma, prepara a situação propícia onde deverá ocorrer. A interpretação produz um corte exatamente no lugar em que a fantasia sutura o discurso, ou seja, onde o fantasma surge para operar um ponto de arremate, detendo a possibilidade de surgimento de novas significações.

Diz-nos Lacan que a interpretação não é aberta a todos os sentidos.

O que quer dizer com isso?

Que esse tipo de intervenção, que raramente ocorre, não se presta a deslizamento de sentido ou a equívocos, nesse caso só acontecerá quando o analista tem o domínio de um saber-fazer que, junto a um tempo suficiente da análise em curso e às suas possibilidade pessoais, o autorizará a isso, de modo a que corresponda a uma verdade não questionável pelo analisando, conduzindo a um ponto de não oscilação de sentido.

O momento de interpretação provoca o des-ser do sujeito que se vê sem a sustentação proporcionada pelas fantasias que até então o mantinham, induzido a uma dessuposição do saber do analista que deixa, nesse momento, de ocupar o lugar de semblante do objeto causa do desejo.

Há uma queda do imaginário e o analista deixa de servir de suporte às fantasias do analisando.

Retorno aqui o momento de uma análise em que foi interpretado ao sujeito o que, naquele instante lhe causava o seu desejo; a morte do pai.

“O que a senhora acaba de me dizer é muito grave”, repetia, mostrando-se inteiramente decaído diante de uma verdade que não se atrevia a negar, para, numa sessão seguinte retomá-la dizendo: “como posso querer a morte de um pai tão bom”? Diante de sua intensa comoção responde: “eu sei que você não quer a morte de seu pai”. E ele acrescenta, consternado: “mas desejo”. O seu pai morrera alguns anos atrás.

## O DIVÃ, UM TRIPLO SIGNIFICANTE <sup>1</sup>

Falar da Psicanálise é trazer Freud até nós e, com ele, todo um esforço em conceituar os seus fundamentos, ao mesmo tempo em que se estabelece uma prática singular.

Tudo acontecia paralelamente às descobertas proporcionadas pela sua suposta auto-análise – a impossível – e à escuta clínica que o conduziu da hipnose – enquanto forma de trazer à tona os “esquecidos” de suas histéricas – ao método de livre associação, onde ancorou a sua prática.

Tal percurso envolveu múltiplos percalços, vicissitudes onde esbarrava a sua genialidade, o que foi superado pela sagacidade intuitiva, a qual, junto à sua criatividade, possibilitou a efetiva função de uma “ciência” nova, emergente de um espírito livre o suficiente para permitir-se um encontro com a afluência de idéias inusitadas, autorizando-o a ocupar o lugar de um criador, no verdadeiro sentido da palavra.

Sigmund Freud, o Fundador da prática do divã, ao introduzi-lo no seu dia a dia, sequer suspeitava que um modo tão singular de escuta teria consequências no porvir da clínica psicanalítica, marcando, de modo definitivo, a sua técnica de investigação do inconsciente.

Se, para Freud, supõe-se que a introdução do divã – segundo a sua justificativa – deve-se ao fato de evitar, assim, um confronto do analisante com a descontração necessária para uma boa escuta, além de impedi-lo de observá-lo nos seus momentos de cansaço diante de um duro labor – podemos hoje inferir que tal coisa não pode funcionar como simples álibi para tais escusas. Não creio ter Freud deixado de retirar dessa inovação suas consequências, mas se ele se omitiu de falar disso, temos o dever de fazê-lo, desde que dispomos atualmente de elementos que nos indicam a cada dia, as implicações dessa utilização.

Minimizar ou não o uso do divã é uma questão que a prática psicanalítica nos impõe por razões que examinaremos a seguir.

---

<sup>1</sup> Seminários: FUNDAMENTOS DA CLÍNICA PSICANALÍTICA DE FREUD A LACAN – 22/11/1993.

Alguns aspectos têm de ser esclarecidos como, por exemplo, estabelecer que só há análise se houver divã. Nos seus limites, temos de concordar com este fato, mas temos de levar em conta que, a passagem do sujeito da cadeira para o divã deve ser determinada a partir da observância de certos princípios que dizem respeito a considerações que fazem deste, além de um significante da Psicanálise, um significante do analista e do analisando.

Após Freud, a prática do divã se relaciona diretamente com a clínica psicanalítica, desde que não se supõe o seu uso a não ser durante uma análise. Nesse sentido é que ele é um significante da Psicanálise.

As coisas tornam-se mais complexas quando passamos a considerá-lo um significante do analista e do analisando.

Desde sua própria análise o analista experimentou a sua relação com o divã de uma forma singular, estreitamente relacionada à história do seu desejo e aos fantasmas que a acompanham desde sempre. Nesse sentido a questão passa a ser do analisando. Quero dizer, o divã enquanto um significante do analisando deve ser ouvido como tal. Ignorar esse importante detalhe é deixar de lado um dos aspectos mais fundamentais da análise, e dele dependem os caminhos a serem percorridos na cena da transferência.

As entrevistas preliminares têm o seu valor quando se trata de identificar o momento correto de fazer a passagem para o divã. Não se trata de após concluir o contrato, depois de três ou quatro entrevistas, convidar o analisando a deitar-se só porque manda o figurino. Mas trata-se de deixar um livre curso à transferência e aguardar o momento oportuno, mesmo que semanas, meses ou até anos. Algumas vicissitudes do processo são devidas a uma precipitação do analista nesse sentido.

Por que aguardar o momento oportuno e de que se trata?

Começo a responder essas questões com alguns exemplos da minha clínica, a partir do que comecei a me dar conta de alguma coisa, pois jamais me fora ensinado, nem teoricamente, tampouco nas supervisões, restando-me alguns indícios extraídos da minha análise pessoal.

Lembro de uma situação em que, ao convidar alguém a passar para o divã, me deparei com um episódio pseudo-psicótico – já que não se tratava de uma estrutura psicótica – em que o sujeito literalmente delirou, num discurso desconexo, sem aparente sentido, o que permaneceu por mais duas sessões, quando me decidi a fazê-lo voltar à cadeira, o que pôs fim ao suposto delírio. Numa outra experiência, uma pessoa de estrutura histérica, ao passar ao divã, montou uma cena tipicamente teatral, em que

representava algo de muito regressivo, o que me custou cerca de duas horas além da sessão para conseguir que ela se recompusesse e pudesse deixar a sala. Na sessão seguinte não conseguiu relembrar nada a respeito do fato e me perguntava o que havia acontecido.

O observável clinicamente é a afluência de fantasias inconscientes mobilizadas no momento mesmo em que o analista escapa ao olhar do analisante. Tais fantasias estão em estreita conexão com o olhar, enquanto objeto “a”, este nada que faz efeitos.

Pela prevalência do olhar, no primeiro tempo em que inaugura a análise – o das chamadas entrevistas preliminares – temos acesso ao mundo frágil das relações imaginárias, onde se tece a teia da cena fantasmática.

Por que chamamos de imaginário esse espaço criado no início da cena engendrada pela transferência?

Justamente porque se trata de algo que surge da troca de olhares, do entrecruzamento dos mesmos. Ao olhar um para o outro, cada qual se reflete no outro de modo virtual e transitivista e, a partir daí, as posições de um e de outro são definidas, porém de modo imaginário.

Nesse momento há um retorno à fase do espelho, momento da constituição do EU, tempo da alienação fundamental. O analisando procura no olhar do analista o referencial que precisa por não ter ainda um olhar próprio.

“Deixar de olhar para você é ficar sem o referencial de que preciso”, diz textualmente alguém, felizmente um neurótico. De um psicótico ouvi: “Deixe eu olhar bem nos seus olhos para poder me reconhecer e me encontrar nele”, o que acontecia toda vez que eu dava a sessão por terminada.

Trata-se de uma procura da imagem espectral i (a), imagem primordial e constitutiva do sujeito, nem sempre bem formada. Desfeita parcialmente durante as manifestações de uma neurose ou de uma perversão e inexistente nas manifestações de psicoses, onde se desfaz completamente. Por isso é contra indicado se colocar um psicótico no divã, assim como jovens adolescentes ou crianças, quando a i (a) está em questão. Psicóticos ou crianças, quando espontaneamente deitam no divã. Sempre o fazem de rosto voltado para o analista, o que é muito significativo.

Quando se trata de neuróticos ou perversos, sobretudo destes últimos, é importante mantê-los fora do olhar do analista, pois se, de início, a transferência é imaginária, deve passar num segundo tempo a ser simbólica. Para se fazer essa passagem, deve-se deslocar o tempo do olhar para o tempo da voz, do ver para o do

ouvir, da imagem para a palavra. Tempo do Fort-Da, onde a presença-ausência do analista se manifesta nos seus ditos ou não ditos, ensejando ao analisando a emergência do objeto perdido, a partir do que poderemos ter acesso aos seus modos de desejar, às formas pelas quais busca seus objetos substitutivos e ao modo como se constituiu enquanto sujeito.

Mas, se por um lado, deve-se cuidar de escolher o momento certo da ida do analisando ao divã, por outro, perpetuar a sua permanência fora dele, a não ser nos casos citados, seria manter a análise sujeita a configurações imaginárias, desde que a prevalência do olhar subjuga a palavra, reduzindo o seu valor simbólico.

Cabem aqui algumas palavras sobre o estádio do espelho e, em seguida, algumas referências ao objeto “a” enquanto letra que expressa uma ausência.

Sobre o estádio do espelho podemos, resumidamente, dizer que se trata – na constituição do sujeito – do momento em que se manifesta a matriz simbólica onde o EU se precipita na sua forma primordial. Isso acontece antes que se defina uma identificação ao outro e que a linguagem, no universal, lhe confira a posição de sujeito, o que quer dizer que, nessa situação, a criança ainda não fala (*infans*), mostrando-se aprisionada no imaginário.

Esse tempo diz respeito à formação de tríade imaginária criança-mãe-falo, relação onde ainda não se deu a intervenção paterna, etapa pré-edípica em que a criança vibra diante da visão da própria imagem, pela qual se deixa capturar. É o tempo da constituição do EU-Ideal, sede das identificações secundárias em que o EU se situa numa linha de ficção que jamais se confundirá com o sujeito, discordância fundamental que o acompanhará para sempre, atestando a sua alienação constitutiva.

A apreensão de imagem própria no espelho tem efeito estruturante mesmo em se tratando de uma exterioridade. A função dessa imago é estabelecer no sujeito uma relação entre o “fora” e o “dentro”, ao mesmo tempo em que ele passa da percepção de um corpo fragmentado – percebido por partes – para a formação de uma imagem corporal integrada.

O narcisismo primário é fundamental na constituição do sujeito, instala-se ao mesmo tempo da formação do EU. A libido narcísica está, portanto, referida à função alienante do EU, enquanto lugar determinado pela função de desconhecimento que lhe é própria.

Passemos ao objeto “a”, retomando Juan David Nasio e uma interrogação atribuída por ele a qualquer analisante.”

“Quem é essa pessoa atrás de mim? Uma voz? Um sonho? Quem é esse outro? Trata-se do objeto em questão nomeado como letra “a”. Para Nasio, tal objeto é o que é heterogêneo à rede significante. É o excedente da cadeia e, acrescento, o que cai, o que sobra, o que escapa à lógica significante.

É o lugar vazio dessa cadeia, nomeado por Lacan como a placenta, o seio, o cíbalo, o olhar, a voz, partes destacáveis do corpo, embora sempre ligadas a ele.

O objeto “a” corresponde a um fluxo de gozo constante a percorrer as bordas dos orifícios do corpo, sendo o que move o inconsciente a trabalhar (Nasio).

A relação desses objetos com o corpo, enquanto relação do anatômico e do fisiológico, se dá por meio de fantasias, de imagens ou de simulacros, envolvendo o Real do gozo.

Cada uma dessas representações do objeto “a” é isolada do corpo e toma, por assim dizer, vida própria.

Esse objeto não se confunde com os objetos dos quais toma os nomes desde que se trata de uma forma de energia afluente às bordas dos orifícios do corpo, ou seja, a vagina, os mamilos, as pálpebras, o ânus, a boca.

Quando se diz que o analista faz semblante de objeto “a”, trata-se de que se estabeleça uma ausência a ser preenchida por qualquer uma das representações do objeto “a”, a partir do que se pode ter acesso ao modo pelo qual o sujeito constitui os seus objetos e à forma como se situa em relação ao seu desejo.

Ao furtar-se ao olhar do analisante o analista se põe à sua disposição para que ele possa encontrar resposta à sua pergunta: “Quem está sentado atrás de mim? Uma voz, um seio, um cíbalo, um olhar?”, sem que tenha de fixar-se em nenhuma certeza, sem ancorar em nenhum objeto, deslizando continuamente através de todos, dependendo das exigências do seu desejo.

Autorizar-se ao uso do divã tem a ver com uma passagem de formação psicanalítica, corresponderia ao autorizar-se analista, daí não ser fácil partir para uma decisão que nada tem de voluntarista, desde que exige do sujeito todo um processo através do qual se reconhece analista, após uma passagem pelo Outro, ou seja, o seu autorizar-se analista, longe de deixar de lado o reconhecimento externo a si mesmo, resultará, sempre, de uma concordância com o que do Outro já está presente em si mesmo por uma internalização das exigências éticas e estéticas do seu meio sociocultural. Por isso vale pouco a autorização outorgada pela instituição, dado o fato

de esta não poder garantir por uma prática que será, sempre, de inteira responsabilidade do sujeito que a ela se propõe.

Ninguém pode dizer do momento da passagem ao divã senão o analista diante do seu analisando e, nesse caso, a cada analisando fica reservado o seu tempo singular, sem que se possa estereotipar o quanto nem o porquê dessa decisão, regulada sempre pelo momento da transferência e pela posição das fantasias em jogo na ocasião.

“Quando vamos passar para esta cama?”, me pergunta “inocentemente” alguém. Digo: “Quando você pensa que iremos?” Ela ri, desconcertada e acrescenta: “Desde o primeiro dia que me pergunto sobre isso. Acho que quando nós nos conhecermos melhor”.

Está claro a existência de fantasias sobre a “nossa” ida para a cama e, é evidente que não seria esse o momento de uma passagem ao divã, pois isso corresponderia a uma resposta a uma demanda que esconde o desejo incestuoso.

De qualquer forma, não deixa de haver nessa indagação um índice de que já “estamos” numa outra cena, o que, do ponto de vista da transferência, aponta para uma entrada em análise, apesar do pouco número de sessões.

O que também nos ensina que tudo acontece dentro de um tempo lógico, à revelia do tempo cronológico.

Como pudemos observar, quando se trata da Psicanálise nada acontece por acaso e qualquer movimento do analista com relação ao que se passa em uma análise tem um sentido, o qual, mesmo deixando de ser calculado, deve vir a ser apreendido num tempo posterior (*après coup*), integrando-se à história de cada análise por ele empreendida, constituindo-se num saber fazer (*savoir faire*) que dará consistência à sua prática, livrando-o de um agir (*agierem*) e transformando em ATO ANALÍTICO o que, aparentemente, surge por acaso e, em teoria analítica o acervo das constatações corroboradas por seus pares e derivadas do REAL da clínica, enquanto significantes vivos da Psicanálise.

Não fora assim, o que distinguiria a prática psicanalítica de um xamanismo<sup>1</sup>, ou mesmo de uma charlatanice?

---

<sup>1</sup> Xamanismo – prática da arte de tratar com os espíritos malignos, esconjурando-os e evocando-os mediante cerimônias fantásticas e danças frenéticas e convulsivas, a fim de conhecer as causas das doenças que se crêem por ele produzidas, ao mesmo tempo funcionando como meios removê-los, o que é feito pelo Xamã, feiticeiro ou esconjurador de espíritos.

## O PEQUENO HANS E SEU SINTOMA

### O lugar da Fobia no Percurso do Sujeito<sup>1</sup>

A clínica psicanalítica nos impõe um conhecimento do modo pelo qual o sujeito, com o qual lidamos se estrutura.

Temos, portanto, de nos reportar às origens do nosso sujeito, mito construído a partir de pressupostos psicanalíticos, a nos conduzirem a uma outra cena, regida pelo tempo lógico – em oposição ao tempo cronológico – marcado por uma descontinuidade que o retira de uma seqüência linear, estabelecendo uma ordem em que o ponto de chegada corresponde a uma reavaliação de questões colocadas nos tempos anteriores, redefinindo-as e precipitando o tempo de compreender.

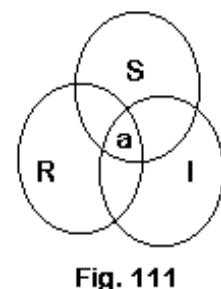
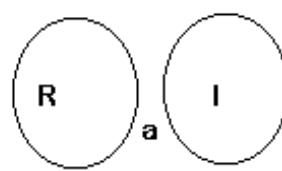
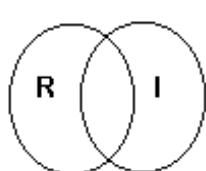
Nesse sentido, fica de lado a possibilidade de estabelecermos uma cronologia seqüencial, os fatos ocorrendo a parti de uma outra lógica, rigorosamente dialética, suprime-se e se conserva algo para, assim, assumi-lo.

Vamos nos transportar, portanto, a um tempo em que, para o sujeito, não havia, ainda, nada de estranho.

O que queremos dizer com isso?

Nada menos que há um momento em que Real e Imaginário se enlaçam e, na sua intersecção encontramos um sujeito virtual, se é que assim o podemos nomear.

Pela ordenação simbólica, operador da lei de interdição do incesto, temos, num primeiro momento, a quebra da ligação dos dois anéis, que de imediato, voltam a se enlaçar pelo advento do simbólico, enquanto terceiro anel (Figs. 1 e 11).



<sup>1</sup> Seminários: FUNDAMENTOS DA CLÍNICA PSICANALÍTICA DE FREUD A LACAN – 05/04/1994.

Por essa operação, o sujeito cai como objeto (falo) e vamos reencontrá-lo, enquanto tal, na intersecção dos três anéis (Fig. 111).

O que podemos dizer dessa estrutura mínima do sujeito a que representamos como nó borromeu?

Primeiramente que ela se sustenta de uma lei que ainda está fora dela.

O que quer dizer que, mesmo inserido em um simbólico – o da linguagem – que lhe pré-existe, as condições do sujeito são estruturalmente precárias. Ou seja, o Nome do Pai, enquanto ex-sistente, não é suficiente para sustentar o sujeito.

Como entender isso tudo?

Enquanto sujeito a um funcionamento precário, tal estrutura mínima pode, a partir de determinadas injunções vindas de fora, ser quebrada, expondo o sujeito a uma neurose, a uma psicose ou a uma perversão, no sentido em que falamos de uma determinada forma de funcionamento manifesto em formas ditas patógenas.

Não se trata do fator causal das patologias – tomadas, aqui, como certas formas de estar no mundo indesejáveis, por trazer sofrimento excedente aos habituais pelo fato contingente da condição humana – porém do que pode permitir que determinada estrutura se manifeste de tal ou qual maneira.

No momento em que, por uma injunção ou por uma intimidação vinda do Outro, entendido como aquele que dispõe de certo poder-exigência sobre o sujeito, este não pode responder por conta da precariedade de sua relação com a Lei, aí eclode o que chamamos crise – neurótica, psicótica ou perversa, dependendo da posição do sujeito com relação à castração simbólica – deixando o sujeito exposto a uma desorganização temporária em que a tônica recai sobre a angústia que surge neste contexto, quer seja a angústia neurótica, psicótica ou perversa.

Em nosso caso, trataremos da angústia neurótica e das tentativas de solução procuradas pelo sujeito para pôr um fim.

Em outras palavras, podemos dizer que se trata da busca de uma forma de reamarrar o seu nó. Enquanto isso não ocorre, o sujeito se vê exposto à situação hoje denominada síndrome do pânico, onde aparecem modos de reação à angústia, ainda não nomeada, o que leva o sujeito ao desespero. Tratar tal síndrome como fator isolado do contexto total da neurose, longe de resolver o problema, adia a sua solução por todo o tempo em que dura o tratamento medicamentoso, sem uma paralela análise.

Deter-me-ei numa das maneiras eficazes de sair desse impasse, que não sossega enquanto não resolvido, nem que seja provisoriamente.

Em princípio, a fobia se constitui como um posto avançado contra a angústia, como nos diz Lacan.

Vamos acompanhar a evolução do caso do pequeno Hans e rememorar a forma pela qual poderemos situá-lo na relação de objeto.

Do ponto de vista psicanalítico, o objeto em questão é o objeto perdido. Dizer que o objeto de que tratamos é o objeto perdido não resolve em definitivo a questão da constituição do mundo objetal do sujeito.

Esclareçamos um pouco.

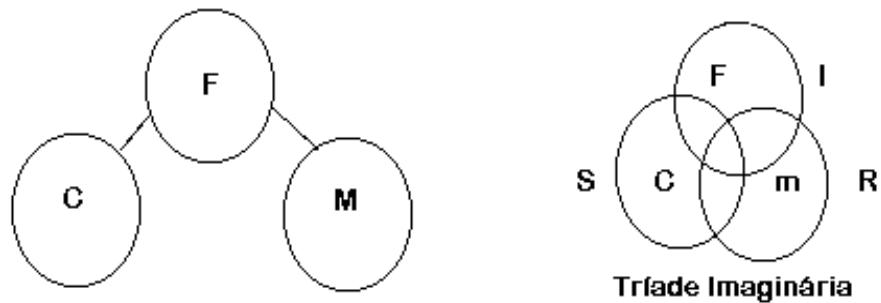
Nas origens da constituição do objeto primordial, temos a mãe que, não se confundindo com esse objeto, torna-se pelo jogo presença-ausência (*FORT-DA*) o agente da frustração que vai permitir a introdução da criança na ordem da simbolicidade.

Freud introduz aí um elemento decisivo na constituição do mundo objetal do sujeito: o FALO, definido como objeto imaginário, porém se relacionando com real e com o simbólico.

Tal objeto entra no jogo enquanto aquilo que falta à mulher. Embora correspondendo a um pênis muito especial, deixando de estar entre as pernas da mulher, vai ser encontrado no imaginário do sujeito.

Com esses três elementos, criança-mãe-falo, constrói-se a tríade imaginária, pré-edípica, com isso remontando a Freud.

Podemos mostrar como esses elementos se relacionam, através de três anéis, onde a criança entra como símbolo das necessidades imaginárias da mãe real (RSI).



Esses três elementos se amarram entre si sustentados, de fora, pelo quarto termo, o PAI, já presente, mesmo antes do estabelecimento do quadrângulo edípico.

A presença do PAI fora da estrutura, quer dizer da precariedade estrutural mínima do sujeito.

Quando, por razões históricos há uma quebra dos laços estabelecidos entre a criança e a mãe, cria-se novas formas de restabelecimento dessa relação. Modos imaginários, a partir dos quais se reconstitui a situação original.

Como vemos, tomamos, clinicamente, o já estabelecido no início do texto, enquanto mito das origens do sujeito.

De que motivos se tratam para haver uma quebra da tríade imaginária?

Quando a criança, do lugar do FALO, cumprindo a função de negar a falta da mãe, se dá conta de que não pode tapar-lhe o buraco, de imediato se reconhecer em falta, o que se torna insuportável, por dizer respeito a um confronto com a castração simbólica.

Nesse momento surgem as várias soluções para negar a falta, o que se faz através da construção de objetos capazes de iludir a evidência do que falta à mãe.

Hans, do seu lugar de FALO, entra nessa conjuntura. A sua angústia não é outra que a angústia da castração, da qual terá que dar conta.

O objeto fóbico tem uma dupla função no sujeito. De um lado, servindo de proteção contra o desejo da mãe, exercendo a função de suplência ao Nome do Pai, do outro expressando o temor da queda, da falência paterna, o que significaria estar exposto à devoração materna.

Ao mesmo tempo em que Hans teme a mordida do cavalo (desejo materno), ele tem medo de que o cavalo caia (pai falido).

A sua fobia tem início exatamente quando se dá conta da falta na mãe (-phi).

A clínica se sustenta de que a criança não é o objeto adequado para preencher essa falta. A metáfora paterna acaba com essa ilusão.

Como saciar, entretanto, o desejo da mãe a respeito de sua falta fálica?

Desmontando o aparelho através do qual ela se torna uma potência máxima. Função da clínica, não só da criança, quando do neurótico, aprisionados no Desejo da Mãe.

Do ponto de vista clínico, a frustração da mãe enquanto mulher é um determinante da permanência da criança no lugar do FALO, como uma compensação à sua insatisfação constitutiva (a mãe saciada). Nesse sentido, a castração simbólica deve ser um correlato do Desejo da mãe, sem o que as consequências clínicas serão dramáticas passando pelas perversões e pela psicose. Não investida enquanto mulher, a

mãe torna-se insaciável na sua busca de completude, sempre com a intenção de negar a sua falta.

O fato do pai de Hans não desejar a sua mãe enquanto mulher deixa o caminho livre para que ele se torne o pequeno objeto dela, mas deixa de instalar-se uma rivalidade edípica entre os dois, posição necessária para que a privação, um dos tempos do Édipo, aconteça. Hans cobra do pai os ciúmes e a cólera daí derivada, pois a criança precisa, sempre, de um pai terrível – o pai bíblico, imprescindível enquanto imaginário capaz de afastá-lo da mãe.

A fobia surge, no momento em que Hans, descobrindo que tem um pênis, tende a deixar de ser o FALO, porém a insuficiência da metáfora paterna impede um distanciamento regulamentar da mãe, fator gerador de sua angústia, evitando a castração simbólica.

É exatamente para se livrar da angústia que Hans constrói um anteparo imaginário para intermediar a sua relação com a mãe, havendo um deslocamento do pai para o cavalo, que passa a ser temido, enquanto objeto fóbico.

A fobia introduz o elemento que falta para romper tríade imaginária: um suplente ao Nome do Pai e, desse modo, amarra-se a estrutura por um quarto anel – o do sintoma (*symptôme*), o que leva a funcionar de forma paliativa.

Cabe à análise permitir que, à medida que a fobia possa ir sendo substituída por seus significantes, isso é passa ser significante para o sujeito, haja um enodamento do gozo fálico em substituição ao gozo do Outro. Tal simbolização é necessária a fim de haver um desaparecimento da fobia, pela sua substituição por um quarto anel (*Sinthôme*) que se produzirá ou não, dependendo do sucesso da análise.

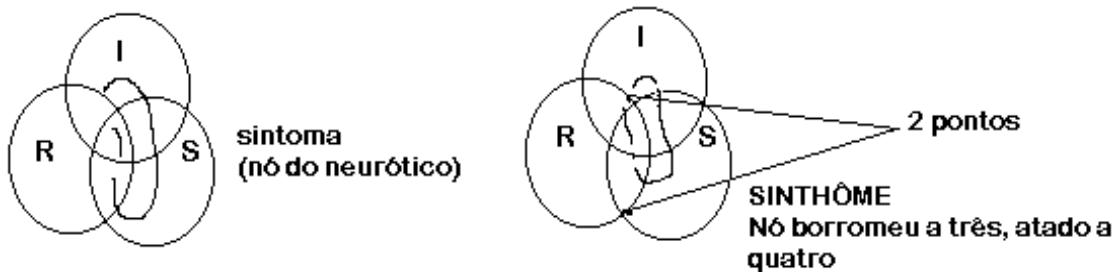
A queda da fobia enquanto sintoma (*symptôme*) não reverterá, necessariamente, na produção de um quarto anel, embora possamos a considerá-lo um suplente para o Nome do Pai.

Ainda um esclarecimento em relação à diferença entre a fobia como quarto anel (*symptôme*) e o SINTHOME, em posição, aparentemente, idêntica.

No caso da fobia-sintoma vamos encontrar os três anéis do RSI superpostos um ao outro sem enodamento entre os três, sendo atados por um quarto, no caso, a fobia. Nesse caso, fingindo um nó borromeu.

Tratando-se do SINTHOME, o enodamento se dá de modo tal que o anel do Real deve sobrepassar o anel do Simbólico em dois pontos bem precisos. Podemos

observar nesse caso que há um enodamento entre os três anéis, além do permitido pela existência do quarto (*Sinthôme*), caracterizando um enodamento borromeano.



Temos algumas observações a fazer a respeito da angústia.

Como puderam ver, há dois tipos de angústia em jogo no caso do pequeno Hans.

A angústia de castração, ou seja, o temor de perder o pênis distingue-se da castração simbólica por ser um temor imaginário de uma privação que poderia se dar no real.

Ao se descobrir portador de um órgão do qual extrai prazer através da masturbação, Hans, a serviço de fantasias incestuosas inconscientes, começa a ter medo de ser mordido pelo cavalo – primeiro tempo da fobia – articulado pelo Desejo da mãe. Trata-se do medo do desejo.

É no segundo tempo da constituição do seu sintoma que ele pode vir a se dar conta de que pode perder o seu pênis se deixar-se morder pela mãe. Surge assim o medo de que o cavalo caia, ou seja, de que o pai caia do cavalo, afirmado a sua incompetência para ser cavaleiro, ou melhor, para montar o cavalo (Mãe).

A segunda forma de angústia vivida por ele é causada pela proximidade do objeto. Quanto mais próxima, mais ameaçador ele se torna.

Nesse caso não podemos falar de uma angústia sem objeto, desde que há, pelo contrário, objeto demais.

Concluindo, temos o seguinte:

- medo de perder o pênis = temor à castração no real.
- medo de ser mordido pelo cavalo = desejo de uma mordida da mãe.
- medo da incompetência do pai = constatação da insuficiência da metáfora paterna.

Solução:

- Construção de um objeto capaz de fazer suplência ao Nome do Pai.

A fobia é considerada por Lacan, tanto quanto o foi por Freud, um sintoma de base, presente em todas as formas de neurose; dela talvez possamos dizer ser constitutivo desse tipo de estrutura, desde que está presente em todos nós, em maior ou menor grau, consequência da insuficiência estrutural da metáfora paterna.

## O TEMPO DO SUJEITO E A TÉCNICA PSICANALÍTICA<sup>1</sup>

*Entre l'homme et l'amour*

*Il y a la femme*

*Entre l'homme et la femme*

*Il y a un mur*

(Antoine Tudai – cit. Por Lacan in  
*Fonction et Champ...*)

“O inconsciente exige tempo para se revelar”, afirmam os que se atêm a uma técnica obsessiva com relação à duração de uma sessão de análise. “Mas, em que medida?” interroga Lacan.

É em torno dessa indagação que se desenrola, no capítulo III do seu texto *Fonction et champ de la parole et du langage*, considerações fundamentais a respeito da técnica psicanalítica no que diz respeito ao valor da palavra e do tempo do sujeito em análise.

O que considera ele o tempo do sujeito?

Questão complexa a ser compreendida a partir do que considera tempo lógico em relação ao tempo cronológico no qual estamos inseridos, enquanto seres sociais, de modo convencionado.

O tempo cronológico nos iguala entre nós na medida em que é um referencial no qual nos situamos quanto aos anos, meses, dias, horas, séculos; pouco importando se, para alguém, o dia dura um minuto ou dez anos, até séculos, em termos de experiência particular.

Lacan toma a questão do tempo lógico através do que chamou um novo sofisma de onde equaciona a modulação do tempo verificada em três instantes: o instante de ver, o tempo de compreender, o momento de concluir.

Nessa perspectiva, o problema torna-se uma questão de lógica, ilustrado por determinada situação em que, a três sujeitos, detentos de uma prisão, é proposta uma prova a partir de cuja resolução, um dos três seria liberado, desde que a conclusão do instante de ver, acontecesse antes da dos outros dois, após uma compreensão do fato.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na I Jornada Freud-lacaniana do Recife – 1995.

Sem exaurir o desenvolvimento lógico do procedimento – que pode ser acompanhado no texto de Lacan *Le temps logique et l'assertion de la certitude antcipée*, encontrado nos *Écrits* – retiro daí o que nos interessa mais de perto à escuta analítica e ao tempo do sujeito, no que disso depende a direção da cura e suas consequências no destino da análise.

Expor os três tempos a partir dos quais se desenrola uma análise a uma sucessão cronológica é tornar o que é da ordem temporal no que seria da ordem espacial, segundo um formalismo que reduz o discurso a um alinhamento de signos, aproximando-o do discurso universitário no que ele valoriza o universal (do discurso), desprezando o significante afeito à história singular de cada sujeito (proteção espacializante alienante). No caso, trata-se de escutar a partir do encadeamento do discurso, o que dá um outro sentido ao texto.

Para Lacan, o tempo de ver, o instante de compreender e o momento de concluir são modulados de formas diferentes, o que preserva a sua ordenação lógica, revelando-se numa descontinuidade de tempo essencial para manter o seu valor e a sua eficiência, restituindo uma sucessão real, necessária para se compreender a sua gênese no movimento lógico.

A modulação de um tempo anteriormente lógico – o instante de ver, abre caminho para levar o sujeito à evidência do que virá em seguida – o tempo de compreender – e, o seu julgamento sobre si mesmo só se dará na medida em que uma sucessão lógica se instale, favorecendo o momento de concluir.

Cada um desses momentos é reabsorvido pelo outro, sendo o último a absorver os anteriores, o único a subsistir.

O que fundamenta tal movimento é a exclusão lógica, através da qual o sujeito firma sua assertiva.

No primeiro instante, o de ver, sabe-se, apenas, o que se é (atributo do sujeito). Porém é o segundo tempo, o de compreender, que autentica tal hipótese, ou seja, torna verdadeiro o atributo ignorado do sujeito. Para isto acontecer, supõe-se um tempo de meditação.

O tempo de compreender é dos mais complexos de todo o movimento lógico. Nesse momento o sujeito, por uma intuição, objetiva algo apreendido no instante de ver e reflete sobre isso, até porque, por uma asserção (afirmativa) sobre si mesmo, ele conclui um julgamento sobre o seu atributo. Tal momento ressurge como um momento de atraso em relação aos outros dois e, do ponto de vista lógico, apresenta-se como a

urgência do momento de concluir. Esse instante pode ser reduzido ao instante de ver e, como tal, permanecer, sendo que o primeiro momento pode incluir todo o tempo de compreender. Podemos observar que essas restrições conduzem à lógica do tempo do sujeito.

Como medir o limite do tempo de compreender? Pergunta Lacan.

As coisas se complexificam devido à vacilação do sujeito a respeito de sua asserção, resultado da dúvida instalada sobre à sua verdade, impedindo-o de chegar a uma certeza.

A tensão corporal culmina nesse momento, só se esvaindo no tempo de concluir.

O momento de concluir tem um valor essencialmente subjetivo desde que, nenhum observador externo pode dar conta desse tempo.

O julgamento assertivo se manifesta por um ato: ato de concluir, cuja singularidade está no fato que antecipa a certeza em razão da tensão corporal pela qual o sujeito é sobre carregado em função do que, sua certeza acontece na precipitação lógica determinante da descarga dessa tensão.

A partir do exposto, podemos concluir que o tempo tem a sua função na técnica psicanalítica, onde tem suas incidências.

A primeira delas diz respeito à duração total da análise e tem a ver com o que entendemos por uma análise, a fim de podermos concluir sobre o seu final.

Falar da conclusão de uma análise é saber do seu começo, pois seu final está estreitamente ligado ao considerado pelo analista como sendo o seu objetivo último.

A impossibilidade de se fixar antecipadamente o término de uma análise – o que para o sujeito deve ser, sempre, indefinido – tem a ver com o fato de não se poder prever qual o tempo do sujeito para compreender, o que escapa ao analista. Como vemos, outros tempos do movimento são subjetivos.

As consequências dessa antecipação conduzem o analisante ao que Lacan chama de projeção espacializante, mantendo-o numa completa alienação de sua verdade.

O caso do “Homem dos Lobos” é o melhor exemplo do que se pode acontecer quando o analista vem a determinar o final de uma análise.

Relembro um pouco do que se passou nesse caso, o qual pode ser acompanhado, pelas suas circunstâncias especiais, até a morte do “homem dos lobos” em 1977, aos 90 anos de idade, o que se pode considerar um caso feliz para a Psicanálise e para nós analistas, embora não possamos dizer o mesmo com relação a Serguêi (C.) Pankejeff, por ter pago um alto preço pela causa psicanalítica. Trata-se de ter sido ele, por toda a

sua vida, e até hoje, objeto de estudo dos analistas.

Acompanhado por Freud durante quatro anos e por sucessivos analistas e psiquiatras, de 1910 a 1977, acumulou-se um farto material a partir do qual nos é possibilitado avaliar os efeitos de sua primeira etapa de análise, culminada na sua interrupção calculada antecipadamente. Acrescente-se a tal material sua autobiografia e as suas conversas com a jornalista Karin Oberholzer, durante os seus dois últimos anos de vida, texto publicado na França em 1981 e em 1993, no Brasil.

O relato do “homem dos lobos” à Karin Oberholzer nos leva a repensar os efeitos da interrupção de sua análise, o que, longe de abreviar o momento de concluir, instala o sujeito no instante de ver, sem uma saída possível desse aprisionamento onde se fixa até morrer.

O melhor testemunho desse impasse é seu depoimento à citada jornalista, durante sessões e sessões de conversa, onde podemos acompanhá-lo nas idas e vindas desse beco sem saída que foi sua análise com Freud. Serguéis Constantinovitch Pankejeff iniciou sua análise com Freud em fevereiro de 1910 até julho de 1914.

Os seus motivos para isso têm a ver com um estado de total incapacidade para administrar a sua vida. Antes de Freud, já havia feito outros tratamentos em voga na época – como a hidroterapia e a eletroterapia.

Apesar de intelectualmente brilhante e de sua aparente receptividade à análise, esta pouco progrediu nos seus quatro anos de duração. Como estratégia para vencer suas fortes resistências, escondidas sob uma postura amável e bem disposta para com o tratamento, Freud marcou uma data para o término da sua análise, independente a quantas andasse nessa ocasião.

Ao cumprir-se a data, deu-a por encerrada e o “homem dos lobos”, tido como curado, volta a Odessa, sua terra natal, supostamente em condições de gerir sua vida.

Em 1910, após o término da 1<sup>a</sup> Grande Guerra Mundial, ele retorna a Viena, tendo perdido todo seu patrimônio. Freud o analisa durante quatro meses, devido a uma forte prisão de ventre tida como de origem histérica.

Variáveis diversas se introduziram nesse tratamento, o que complexifica a compreensão dos efeitos da intervenção de Freud com relação à sua interrupção. Entre estas, o término precipitado da análise de Helen Deutsch, a título de que ela não mais precisava disso, mas tendo como real objetivo a utilização do seu horário para o antigo cliente, enquanto objeto de estudo. Além disso, as pequenas doações que fazia ao “homem dos lobos” de “algumas libras inglesas”, quando ele se encontrava em situação

de dinheiro precária, ou a não cobrança das sessões. Como vemos, o preço pago está para além do que se pode cobrar de um analisante em dinheiro.

Interessa-nos, porém, tentar isolar os efeitos dessa intervenção de Freud, desrespeitando o tempo do sujeito, para isso, contando com Lacan e seus comentários sobre a fixação antecipada do final da análise, levando o sujeito a manter-se na alienação de sua verdade, manifesta ulteriormente sob uma forma paranóide. É importante sublinhar a expressão usada por Lacan, desde que isso nos leva a pensar se se tratava de uma forma de defesa paranóide ou de uma estrutura psicótica.

Os caminhos tomados pela transferência do “homem dos lobos” não só com relação a Freud, quanto aos ulteriores analistas por quem fora assistido, nos fala de uma estrutura obsessiva manifesta na própria estrutura do seu discurso, do que falarei mais adiante.

Ao referir-se à projeção espacializante, nesse caso, Lacan quer dizer que, os efeitos de uma determinação cronológica antecipam o fim de análise, falando em proveito de uma não observância do tempo lógico, valorado segundo a descontinuidade que lhe é própria, deixando de se produzir o efeito de sentido esperado, como quando introduzimos os cortes nas sessões de análise.

Aqui cabe uma observação sobre a ilusão criada pelos analistas após Lacan, de que tornando as sessões mais curtas – com quinze ou trinta minutos de duração – estaria se cumprindo as determinações da observância do tempo lógico, reduzindo-se os efeitos obsessualizantes das sessões de quarenta e cinco ou de cinqüenta minutos.

Na verdade, o próprio Lacan observa que o uso indiscriminado de tal forma de intervenção não garante o seu efeito, desde que se trata e de um saber-fazer que pretende garantir ao analisante uma subversão de sua posição alienada, levando-o a ver, compreender e concluir sobre a sua posição no seu próprio discurso, propondo o seu uso ou sua aplicação discreta no lugar da interpretação das resistências.

Trata-se de cortar o discurso no ponto em que se possa permitir a ocorrência de uma verdadeira palavra, ou seja, daquela reveladora da verdade do sujeito.

Precipitar o momento de concluir é dar ao sujeito uma oportunidade de sair do instante de ver, abandonando um gozo ligado ao sintoma e partindo para a constatação de que “não há nenhuma solução na vida, mas é preciso suportá-la”, parodiando o “homem dos lobos” ao repetir o que lhe dizia um dos seus últimos analistas.

Só que, nesse caso, não lhe foi permitido chegar a tal situação, o que é observável em algumas confissões feitas por ele a Karin Oberholzer.

Serguéi Pankejeff confirma para a jornalista a estipulação feita por Freud de um prazo para a interrupção de sua análise, admitindo o insucesso obtido até então na mesma, o que, segundo ele, justificaria tal procedimento. Afirma, ainda, que tal intervenção “ao que parece”, funcionou.

Nesse momento, põe dúvidas às construções propostas por Freud, sobretudo no que diz respeito à cena primária, enquanto resumindo toda a sua problemática.

Associados aos restos não analisados supostos por Freud, diz sofrer de um problema intestinal nunca resolvido, contraído por causa da análise: “meus incômodos intestinais me vieram da Psicanálise. Perdi minha fortuna”. O que se supõe ter a ver com o fato de Freud tê-lo prendido em Viena, em vez de aconselhá-lo a voltar para Odessa. Introduz, ao mesmo tempo, uma idéia oposta a esta, a de que Freud pode ter salvado sua vida, ao impedi-lo de voltar. “Talvez, não sei”, volta a duvidar. Esse momento de sua conversa com Karin Oberholzer deixa claro a tônica do seu demorado relato: a dúvida obsessiva permanente, constituindo-se no conflito nodal da sua neurose. Além disso, na sua relação com a mulher que o acompanhou até a morte, tanto solta muito dinheiro para ela quanto lastima, miseravelmente, tal desprendimento, prendendo, mesquinhamente, o que lhe resta de sua fortuna.

Esse movimento é acompanhado por suas alternâncias intestinais em diarréias e prisões de ventre intermitentes.

Estendendo-se, exaustivamente, por dois anos diante da, agora, confidente jornalista, seu discurso tem uma estrutura nitidamente obsessiva nas suas hesitações, nas ruminações incessantes dos mesmos temas, nas permanentes dúvidas que o assaltam, retirando-lhe o sossego. Expressões como “impossível de saber”, “talvez, não sei”, “acho, não sei”, e até por interrogações como “Eu tinha idéias fixas ou isso vinha sem idéias fixas?” Ao mesmo tempo, estabelece contínuas consultas ao outro mais próximo sobre questiúnculas do dia a dia que, para ele tomam proporções exageradas. A sua impossibilidade de tomar decisões o levava a não dar um passo sem consultar os médicos ou analistas e a própria Karin Oberholzer, na época das entrevistas.

Tal falta de condições para se decidir remete ao que Lacan considera um aspecto da dialética do senhor e do escravo não desenvolvida por Hegel e que diz respeito à posição do obsessivo com relação ao senhor. Trata-se de que o escravo, diante do risco da morte, se confronta com a possibilidade de dominação oferecida na luta de puro prestígio. Mas sabendo-se mortal, conclui que o senhor pode morrer; assim, aceita trabalhar para ele, renunciando nesse entretanto ao gozo e, na incerteza do momento

em que advirá a morte do senhor, ele espera.

A dúvida obsessiva remete a essa espera, porém, nesta circunstância, ele deixa de ser, antecipando a morte do senhor a partir do que ele viverá, mas nessa espera, identifica-se ao senhor como morto.

É nesse sentido que é importante se identificar a estrutura à qual é ligada a intervenção do analista. Essa observação é feita por Lacan, quando diz que toda intervenção é recebida pelo sujeito em função de sua estrutura. Desde que o obsessivo transita continuamente no tempo de um gozo antecipado, cabe ao analista intervir no sentido de libertá-lo desse aprisionamento imobilizante. Nesse caso, o manejo do tempo de duração da sessão é fundamental e decisivo para lançá-lo fora do círculo vicioso a que o seu desejo conduz e do qual não consegue escapar.

É em Freud que Lacan vai encontrar uma apreensão de que o tempo do sujeito é marcado pela procura de sua verdade e não de uma realidade, fundamento do tempo lógico. O fato externo não importa, na medida em que vamos encontrar o que Freud chama de trauma. Determinante do destino do sujeito deve ser retomado no nível da palavra, pela rememoração, a partir da qual ele reordena as contingências experimentadas no passado, dando um sentido ao seu futuro.

Ao procurar situar cronologicamente a data onde ocorreu a cena primária, no caso do “homem dos lobos”, Freud centra o seu interesse nos modos pelos quais o sujeito ressabjetiva os acontecimentos necessários para a sua reestruturação, o que acontece “só depois” (*nachtralich*).

Nessa circunstância, ao anular o tempo para compreender, Freud privilegia os momentos de concluir, precipitando a reflexão do sujeito na direção do sentido a dar à cena primordial, levando em conta a descontinuidade do tempo lógico em oposição à sucessão contínua do tempo cronológico.

É este o ponto central da questão da observância do tempo do sujeito na análise onde se demonstra que é a certeza antecipada pelo sujeito no tempo de compreender que, pela pressa que precipita o momento de concluir, determina no outro a decisão que torna o movimento verdadeiro ou falso. Aqui voltamos à situação exemplar encontrada na ilustração dada por Lacan quanto aos detentos.

Porém, em se tratando de interrupção anunciada do fim da análise do “homem dos lobos”, o resultado foi a manutenção do sujeito na alienação de sua verdade, na medida em que ele não conseguiu, jamais, integrar suas rememorações à sua história, ressabjetivando os fatos, demonstração evidente de sua permanência no instante de ver.

Não podemos nos furtar a flagrá-lo, nas suas conversas com Karin Oberholzer, num discurso repetitivo, sem saída, circular, levando-o sempre de volta aos signos da Psicanálise – cena primária, sedução, castração – lugar onde são colocadas as estruturas fundantes do sujeito quando não integradas de forma singular ao discurso do analisante, tornando-se significantes do seu percurso e proondo-se, sempre, como algo novo e surpreendente, tanto para o analisante quanto para o analista.